



Anais da Asser

N.º 139

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 26 DE OUTUBRO DE 1977

3.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8.ª LEGISLATURA

ATA DA 212.ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

REALIZADA EM 26 DE OUTUBRO DE 1977

QUARTA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Ivo Thomazoni, secretariada pelos Senhores Deputados Rosário Pitelli e Renato Bernardi.

Às 14,00 horas é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Ivo Thomazoni, Jurandir Messias, Ernesto Gnoato, Quielse Crisóstomo, José Domingos Scarpelini, Ivan Rüppel, Rosário Pitelli, Accioly Neto, Adalberto Daros, Aginaldo Pereira Lima, Alfredo Gulin, Antônio Facci, Aragão de Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, David Federmann, Del Ciel, Deni Schwartz, Domício Scaramella, Edilson Alencar, Egon Pudell, Enéas Faria, Ernesto Dal'Oglio, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Fabiano Braga Côrtes, Fidelcino Tolentino, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Jayme Rodrigues Carvalho, Jorge Sato, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Roberto Soares, Maurício Fruet, Muggiati Filho, Nelson Buffara, Nilso Sguarezi, Osvaldo Macedo, Otássio Pereira, Paulo Camargo, Renato Bernardi, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho, Werner Wanderer e Wilson Fortes (54).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2o. SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão extraordinária anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) Não há expediente a ser lido.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 Srs. Deputados.

Em discussão a seguinte Proposição:

DISCUSSÃO ÚNICA — da Proposição 517/77, Veto apostado ao Projeto de Lei n.º 155/75, de autoria do Deputado FIDELCINO TOLENTINO, que integra no Plano Rodoviário Estadual, em caráter prioritário, a retificação e pavimentação que liga o Município de Cascavel a Formosa do Oeste. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.

OFÍCIO NÚMERO 179/77.

Curitiba, em 28 de setembro de 1.977.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício número 76/77, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição que me confere o artigo 47, inciso III, e na conformidade do disposto no § 1o., do artigo 28, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei número 155/75, por julgá-lo contrário ao interesse do Estado, em razão dos motivos adiantes expostos.

2. Objetiva o autógrafo autorizar o Poder Executivo incluir no Plano Rodoviário Estadual, para execução em caráter prioritário, a retificação e pavimentação da estrada que liga a cidade de Cascavel a Formosa do Oeste, passando por Cafelândia e Nova Aurora.

3. O não acolhimento ao projeto de lei em exame é decorrência de pronunciamento expendido pelo setor compe-

tente da Secretaria de Estado.

“Com referência ao Projeto pre-nos esclarecer que as c. do Oeste estarão brevemente de dois trajetos diferentes: um lido — Assis Chateaubriand — Foz na diretriz Cascavel — Corbélia (BR- Formosa do Oeste.

Verifica-se que parte do percurso solicitado pelo trecho Nova Aurora — Formosa do Oeste, já está de serviços de pavimentação.

O trecho restante, isto é, Cascavel — Nova Aurora, passando por Cafelândia já foi objeto de melhoramentos e timento primário através do PROPAME (Programa de Pavimentação e Melhorias). Por outro lado a ligação entre Cascavel e Nova Aurora faz-se através das rodovias pavimentadas PR-239 e BR-369 passando por Corbélia, cujo traçado é paralelo e próximo ao trecho solicitado”.

4. Esses os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) JAYME CANET JUNIOR

Governador do Estado

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) Para discutir, concedo a palavra ao Sr. Deputado Fidelcino Tolentino.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Está em discussão um projeto de lei que, evidentemente, propusemos à aprovação desta Casa de leis que houve por bem aprová-lo na época.

Levada esta proposição ao poder sancionador, Sr. Exa. o Sr. Governador houve por bem vetá-la, aduzindo as razões que estão expostas no Ofício número 179/77.

Em verdade, Sr. Presidente. Srs. Deputados, as estradas que estão sendo aludidas por S. Exa. arrazoando o seu veto ao projeto de lei, não servem às duas estradas aludidas, não servem ao trecho solicitado objeto deste projeto de lei.

É costume de S. Exa. o Sr. Governador do Estado, vetar os projetos de lei com base em preceitos constitucionais e o faz não descurando deste princípio e invoca o artigo 47, inciso terceiro.

Consoante o Parágrafo único do Artigo 28: — “Ambos os institutos da Constituição Estadual.

Acontece que o trecho aludido e arrazoado por S. Exa. de que Formosa do Oeste já está sendo ligada a Toledo e Assis Chateaubriand, pela BR-369, ou melhor, também pela 369 e pelo trecho Toledo—Cascavel—Assis Chateaubriand. A distância entre uma estrada e outra é de aproximadamente 50 quilômetros e objetiva este traçado, Sr. Presidente, Srs. Deputados, a beneficiar uma das mais ricas regiões agrícolas que pertence ao Município de Cascavel.

E que passa ligando Cascavel a Cafelândia, que é o distrito mais populoso de Cascavel e que está em vias de emancipação.

Não obstante, trata-se de uma comunidade que hoje ostenta a benefício da economia do nosso Estado, uma das maiores cooperativas agregadas à Cotriguaçu e que realmente precisa, independentemente de outras estradas, que são transversais a esta proposta. Razão não existe para que o veto seja apostado a esta pretensão.

nte, não se trata de uma pretensão daquela região, trata-se de uma comunidade, e também de Cas-

permite um aparte? **(Assentimento)**
 Fielcino Tolentino, nós conhecemos bem que V. Exa. tem defendido Cascavel e ademais toda a região,

é a estrada que liga Formosa à Nova Cascavel, ela obedeceu um trajeto que está quase pronta dentro de Nova Aurora, revestimento pronto — passa o Rio Jesuíta e liga

o não é importante. O importante para nós é que Município de Nova Aurora, passando por Cafelândia. quero dizer a V. Exa., que aqui, ainda há pouco tempo, o V. Exa. foi ao Palácio e teve oportunidade de, com a Comissão de Cafelândia e Nova Aurora ter uma audiência com o Sr. Governador, o Sr. Governador determinou, ao Secretário Osires Stenghel Guimaraes, que ligasse a cidade de Nova Aurora à Cafelândia, quando ficarem completamente ligadas, Nova Aurora e Cafelândia, à Penha, um trajeto que está quase pronto, com o trabalho de terraplenagem quase pronto.

Isto então, veio de encontro à reivindicação de V. Exa., não foi por mérito do DER, técnico.

Apenas aparteei V. Exa., porque a BR-369 que liga Cascavel a Corbélia e que vai ser ligada hoje à cidade de Cafelândia, ela vem beneficiar Nova Aurora porque é um trajeto muito mais curto.

Nós sabemos perfeitamente que de Cafelândia à Nova Aurora, ela vai dar 12 km pela locação que já foi feita, se não me falha a memória, pela firma Pietro.

Já foi feita a locação da estrada. Estamos, apenas, aguardando a concorrência para a abertura da terraplenagem e o asfalto da estrada, que liga o Município de Nova Aurora à Cafelândia.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Mas Deputado, argumentar com esse raciocínio:

Ocorre que aqui, Nova Aurora, passando por Cafelândia, já foi objeto de melhoramentos e revestimento primário através do PROPANO.

Então, há uma derivativa na justificação que faz V. Exa., que é justamente este ponto que me faz vir à tribuna.

Eu estou de pleno acordo. Inclusive, V. Exa. não desconhece que uma das grandes missões que tenho procurado desempenhar aqui, nesta Assembléia, são justamente as ligações pavimentadas entre Cascavel, Corbélia, Nova Aurora, Formosa do Oeste, aquela região que hoje representa como Assis Chateaubriand, a maior concentração de riquezas primárias do Paraná e é justamente mas, Nova Aurora como Cafelândia, que haveria de ser uma outra opção e eu estou de pleno acordo com isso, não está contemplada pela lei ou pela pretensão do Governo.

O Sr. Fuad Nacli — Quero ainda dizer a V. Exa. que Cafelândia será atendida por uma estrada que sairá de Palmitópolis, ligando diretamente à Cafelândia.

(Discussões paralelas ininteligíveis)

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Mas com chuva não há condições de tráfego e V. Exa. sabe disso melhor do que eu.

O Sr. Fuad Nacli — Eu posso garantir, ela terá o tráfego preciso com qualquer tempo, chuva ou com qualquer tipo de carro, pois ela será toda encascalhada.

Ela será encascalhada, não só de Palmitópolis à Cafelândia, como será também de Palmitópolis à Nova Aurora e a Marajó.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Eu só ficarei satisfeito

e não hesitarei em proclamar aqui o acerto, se o Governo, realmente, objetivar a construção da estrada ligando Nova Aurora à Cafelândia, porque V. Exa. sabe, Cafelândia, arca, hoje, com uma concentração de agricultores agregados na Cooperativa Consolar.

A matriz está plantada em Cafelândia, com entreposto em Nova Aurora, que é Município e Formosa do Oeste, que também é outro município, enquanto que Cafelândia sendo distrito, concentra na sua área todo o poder de decisão cooperativista.

E é, exatamente, com esse objetivo, que nós achamos de justiça e até fazendo, digo, atendendo a um apelo da população, que Nova Aurora seja ligada para poder fazer esse percurso por via pavimentada.

Uma pretensão antiga é de que Cascavel fosse ligada à Cafelândia, independentemente, das ligações, das estradas ligando Corbélia, Cafelândia, Nova Aurora, Formosa, Assis Chateaubriand e Palmitópolis etc., passando para o lado de lá do rio, quer seja o Município de Goioerê.

Faço este apelo e, inclusive, V. Exa. que bem representa Nova Aurora, com quem eu tenho o prazer de co-representar, faço este apelo a V. Exa. que tem passagem, trânsito no Palácio e por tempo superior ao normal, faço este apelo a V. Exa. — leve ao Governador a necessidade da construção dessa estrada, porque é interesse legítimo até do Estado não só da ...

O Sr. Fuad Nacli — Nobre Deputado, estivemos ainda hoje com o Prefeito de Nova Aurora, na Secretaria de Transportes, enquanto V. Exa. esteve no Palácio tratando dessa estrada ligando Cascavel à Cafelândia; mas, quero dizer a V. Exa. que o Governador tem um plano que não poderá ser executado num tempo só.

E já satisfaz, perfeitamente, não só Cafelândia, não só Palmitópolis, mas V. Exa. sabe melhor do que eu, que hoje o distrito de Cafelândia, a sede do seu Município é Cascavel, é maior do que cem municípios do Paraná.

Então, há uma necessidade de um atendimento àquele Distrito que tem dado divisas ao nosso Estado, e que é muito bem representado pela Oposição, pelo nobre Deputado e que sempre tem defendido.

Eu apenas vim apartear-lo, trazer esclarecimentos, porque hoje estive na Secretaria de Transportes e estive conversando com o Dr. Osiris e com o Dr. Tancredo e é apenas para aguardar a concorrência que liga Nova Aurora à Matelândia e a estrada que liga Palmitópolis à Cafelândia, e tenho certeza que o nobre Deputado estará satisfeito perfeitamente, porque o que se vê hoje, em estrada, nós não vimos há mais de vinte anos no Paraná.

E quero fazer um apelo ao Sr. Deputado Fielcino Tolentino, como meu convidado particular, e quero convidar todos os Deputados desta Casa, que no dia 29, agora, sábado, nós vamos inaugurar uma estrada que liga Bandeirantes a Tamaracá, e que vai ter uma festa do povo, e esta festa do povo eu gostaria que o senhor que é do partido da Oposição, do MDB, participasse a convite do Deputado.

Não só ao Deputado daquela região, mas também do sudoeste para ver o asfalto que foi efetuado, que foi feito lá para comentar aqui nesta Casa.

O Sr. Werner Wanderer — V. Exa. permite um aparte?

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Eu já concederei o aparte ao eminente Deputado Werner Wanderer.

Procuro desempenhar aqui, quando muito, um mandato que me foi outorgado pela minha região, sem descuidar dos programas conjunturais do Estado.

Entretanto, como cada região tem o seu representante, e eu que conheço a necessidade da minha região, fico satisfeito de ver que o Governo do Estado está promovendo na região oeste do Paraná uma perfeita conscientização no que tange a plano viário.

Concedo o aparte ao nobre Deputado Werner Wanderer.

O Sr. Werner Wanderer — Nobre Deputado Tolentino, parece-me que a Oposição tem criticado demais da chamada "casca de ovo". Que se não funciona aquela estrada, que é um pavimento de baixo custo, e eu quando vejo um Deputado que representa a região oeste pedindo asfalto...

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — V. Exa. deve estar consciente. Nós estamos pedindo asfalto. Eu não entendo de "casca de ovo", Deputado. Eu entendo de outra coisa.

O Sr. Werner Wanderer — Asfalto que o nobre colega conhece, e já que representa a região oeste deve conhecer trechos de Toledo a Palotina...

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Ainda não tive o prazer...

O Sr. Werner Wanderer — Deputado, mas nós que representamos a região oeste devemos, eu acho, conhecer todo o oeste.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Conheço e acho que mais que V. Exa. antes mesmo de ser parlamentar.

O Sr. Werner Wanderer — Agora, como parlamentar, eu entendo que nós temos obrigação de conhecer. Mas eu quero dizer que o trecho de Toledo a Palotina, "casca de ovo", está lá e faço o convite, já que o nobre colega não tem passado ultimamente lá, ver que é a melhor estrada. Foi dimensionada para 800 veículos e hoje estão passando 2.800.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Deputado, V. Exa. jamais poderá me acusar de fazer alguma crítica em torno da casca de ovo. Eu não conheço:

1) Não tenho condições de fazer crítica a uma coisa de ordem técnica, sem primeiro tomar conhecimento do problema de ordem técnica.

2) Na minha região ainda, aonde eu represento, ainda não tem casca de ovo.

Quem sabe agora vamos fazer um plantel de chocadeiras para podermos...

O Sr. Werner Wanderer — Acho que o nobre Deputado está querendo desviar o assunto. Nobre Deputado, a criação do Município de Cafelândia, quem entrou com o projeto nesta Assembléia, fui eu.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Acho que V. Exa. está mal informado. É bom verificar nos Anais da Casa, inclusive no Protocolo, que quem primeiro entrou com este pedido foi o ex-Deputado Odilon Reinhardt, do nosso partido. E, secundando, porque não acharam e eu tenho certidão, fui eu que entrei com o pedido, posteriormente. E que inclusive o projeto foi desviado aqui, Sr. Deputado.

O Sr. Werner Wanderer — Gostaria até que o nobre Deputado dissesse quem desviou esse projeto, porque o projeto que nós entramos foi aprovado por esta Casa.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — V. Exa. está falando da criação de municípios, só depois da apreciação do Presidente da República é que a Assembléia pode deliberar sobre projeto de lei desta natureza.

O Sr. Werner Wanderer — Nobre Deputado Fidelcino Tolentino, eu sou a favor do asfalto de Cafelândia, é isso que eu quero dizer.

Sou a favor, mesmo que a Oposição tenha chamado "casca de ovo", mas asfalto que funciona e tem trazido resultados, os melhores para a comunidade onde é levado este asfalto.

Quero dizer que a região oeste tem recebido todo o apoio do Governador e tenho certeza que o Governador vai fazer esse asfalto de Cafelândia à Nova-Aurora, tranquilo.

E eu queria dizer ao nobre Deputado Tolentino que nós, que representamos a região Oeste, temos obrigação de procurar que cada região, cada município, tenha seu asfalto.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — É evidente que a minha defesa aqui, é a do asfaltamento. Eu não disse qual é o

tipo de asfaltamento e nem defendo tipos. Eu defendo a substância, o objetivo maior que é a ligação pavimentada de estradas, que como V. Exa. sabe, com chuvas não há possibilidade de tráfego, sobretudo, de caminhões pesados e de carretas.

Eu estou defendendo e defendo e defenderei sempre, como parlamentar ou como homem do povo.

Tem o aparte o Deputado Deni Schwartz.

O Sr. Deni Schwartz — Esta situação está muito boa porque nós estamos recuperando imagens de paranaenses, os mais criticados deste País.

O Deputado Fuad Nacli, acaba de afirmar que há mais de vinte anos não se fazia tanta estrada como se faz hoje.

Eu imediatamente, fui fazer os cálculos: em 1.957 era o Governador do Estado, o Sr. Moysés Lupion.

Então, segundo afirmações do Sr. Fuad Nacli, os demais Governadores que passaram pelo Governo do Paraná, todos eles hoje, pertencentes ao Partido que o Deputado pertence, nada fizeram, é a grande obra de hoje.

A menos que o Deputado Fuad Nacli, quisesse afirmar, há vinte anos, talvez também ele pudesse numa outra hipótese, não elogiar o Governador Lupion, mas, talvez ele quisesse afirmar que essas estradas que hoje se fazem, e isso eu já afirmei aqui também, deveriam ter sido feitas há vinte anos, quando Jânio Quadros fazia em S. Paulo o célebre virado de feijão, pé de moleque, já em 1.958, dinamizando a economia daquele Estado e que hoje todos nós conhecemos uma potência.

Por isso, fico na dúvida: Se é uma crítica por não ter sido feita há vinte anos, ou se é uma crítica a todos os governadores depois de Lupion, e eu elogio aquele Governador tão criticado neste nosso Estado.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Agradeço o aparte de V. Exa.

E eu quero aduzir a esta lembrança que V. Exa. traz e que eu estava procurando me situar.

O Estado de São Paulo que se tornou uma potência através do seu desenvolvimento agropecuário, começou há mais de vinte anos atrás, há mais de 30, ou melhor, na década de 1.930.

E daí, a partir do café foi para São Paulo, grande parte de trabalhadores rurais, se concentraram na capital paulista, e partindo do produto do café que tanta amargura trouxe ao governo inclusive, de Getúlio Vargas, para poder ter uma competição no mercado internacional.

Pois bem, o resultado foi a edificação, a construção da maior Capital da América Latina que é São Paulo.

Não obstante, o Paraná hoje partindo deste princípio e naquela época já, de Jânio Quadros, já deveria ter sido feito por outros governadores, mas Jânio Quadros fez realmente uma incursão pelo interior do Estado de São Paulo, de onde sou originário, e realmente grandes benefícios trouxe para este Estado.

É justamente por esta razão que eu não entro no mérito da ordem técnica, Deputado, para gosto de V. Exa.

Mas ficamos sempre em dúvida a respeito do que disse o Deputado Fuad Nacli, reconhecendo que os governadores que antecederam a este que aqui está, deixaram de dar a alimentação desta economia que são realmente as estradas.

O Sr. Luiz Alberto de Oliveira — Deputado Fidelcino Tolentino, V. Exa. quando concluir o seu raciocínio poderia me permitir um aparte?

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Com todo o prazer.

É justamente isto agora. O Paraná precisava já ter sido contemplado com tantas outras estradas. Concedo o aparte ao Deputado Luiz Alberto de Oliveira, que me parece também vai defender a estrada que liga Nova Aurora-Cafelândia à BR-369, que já é uma opção, a menos valiosa, mas oportuna.

O Sr. Luiz Alberto de Oliveira — Eu diria a V. Exa. que não defendo apenas esta estrada, porque Nova Aurora, de acordo

o programa rodoviário do Governo do Estado, vai se transformar num verdadeiro entroncamento rodoviário.

V. Exa. conhece o programa rodoviário...

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Mas eu estou falando de Cafelândia e também Nova Aurora.

O Sr. Luiz Alberto de Oliveira — E também aproveito a oportunidade para dizer a V. Exa. que Cafelândia também entra em nosso laudo. Mas o objetivo da minha intervenção, nobre Deputado, pela impossibilidade de ouvir o começo de seu pronunciamento, é para convidá-lo, amanhã, a dialogar comigo no Grande Expediente desta Casa sobre o tráfego no Paraná, especialmente na região Sudoeste que tenho a honra de representar, e também na região oeste da qual tenho alguns conhecidos que representam.

Convido a V. Exa. para que amanhã, possamos, e este convite é extensivo aos nobres Deputados da Oposição na minha região, Deputado Deni Schwartz e Nilso Sguarezi que têm através de suas críticas, ajudado o programa rodoviário do Estado, porque têm levantado dúvidas, têm levantado sugestões que eu considero válidas exatamente porque esta Casa é o convívio dos contrários, e porque o seu Partido tem o dever de criticar e o meu Partido tem o dever de dar o embasamento ao programa rodoviário do Estado, convido a V. Exa. para que amanhã possamos ter este diálogo.

Apenas gostaria de apor um pequeno reparo às palavras do Deputado Deni Schwartz.

Não ouvi as palavras do Deputado Fuad Nacli. Se S. Exa. o Deputado Fuad Nacli disse que no Estado do Paraná não se constrói estradas há vinte anos, cometeu certamente um equívoco.

O Governo do Estado nos anos passados preocupou-se com a construção das rodovias-troncos, com as rodovias de primeira categoria no Estado do Paraná.

V. Exa. fez um rápido apanhado da economia do Estado do Paraná quando falou do surto do café.

Poderia ter ido mais longe. Poderia ter falado, desde o início, da nossa economia, dos seus roteiros, do ciclo do mate, do ciclo da indústria extrativa.

V. Exa. haveria de concordar com o Estado do Paraná primeiro precisaria fazer as grandes rodovias-troncos, como Ney Braga fez a Rodovia do Café, como Paulo Pimentel fez a Rodovia Rio Branco-Três Pinheiros...

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Esta Rodovia do Café foi feita com o dinheiro do Governo Federal, Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) (Faz soar os tímpanos).

A Presidência lamenta mas tem que solicitar do eminente Deputado Fidelcino Tolentino que forçosamente deixe a tribuna, porque nós estamos a 14 horas e 30 minutos, Hora Regimental para o início da sessão ordinária e regimentalmente a Presidência não pode conferir sequer trinta segundos para concluir.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Penitencio-me e acolho evidentemente, não só por V. Exa., mas pelo Estatuto Interno da Casa e transferiremos com a vossa aquiescência, para amanhã o debate sobre o assunto.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 27, quinta-feira, às 14,00 horas, com a mesma

ORDEM DO DIA.

levanta-se a sessão.

3.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8.ª LEGISLATURA

ATA DA 213.ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 26 DE OUTUBRO DE 1977

QUARTA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Ivo Thomazoni, secre-

tariada pelos Senhores Deputados Rosário Pitelli e Gabriel Manoel.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Ivo Thomazoni, Jurandir Messias, Ernesto Gnoato, Quielse Crisóstomo, Ivan Rüppel, Rosário Pitelli, Accioly Neto, Adalberto Daros, Aguinaldo Pereira Lima, Alfredo Gulin, Antônio Facci, Aragão de Mattos Leão, Augusto Carneiro, David Federmann, Del Ciel, Deni Schwartz, Domício Scaramella, Edilson Alencar, Egon Pudell, Enéas Faria, Ernesto Dal'Oglio, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Fidelcino Tolentino, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Jayme Rodrigues Carvalho, Jorge Sato, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Roberto Soares, Maurício Fruet, Muggiati Filho, Nelson Buffara, Nilso Sguarezi, Osvaldo Macedo, Paulo Camargo, Renato Bernardi, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho, Werner Wanderer, Wilson Fortes e Fabiano Braga Côrtes (50; achando-se ausentes os Senhores Deputados José Domingos Scarpelini, Basílio Zanusso, Dácio Leonel e Otássio Pereira (04).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2o. SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1o. SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte EXPEDIENTE:

REQUERIMENTOS:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o Plenário, regime de urgência para o Projeto de Resolução número 313/77.

Sala das Sessões, em 26 de outubro de 1977.

(a) Erondy Silvério.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que ao final subscreve, no uso de suas atribuições, requer, após ouvido o Plenário, a inserção na ata dos trabalhos desta Casa, de voto de pesar pelo falecimento do Senhor Sonojiro Yoshida, ocorrido na cidade de Maringá.

Sala das Sessões, em 26 de outubro de 1977.

(a) Valter Pietrângelo.

JUSTIFICATIVA:

Procedente da cidade japonesa de Hokaido, o extinto fixou residência, em data de sete de setembro de 1952, na cidade de Maringá.

Este quarto de século vivido por Sonojiro Yoshida em nossa Maringá é mais um testemunho da contribuição que a colônia nipônica empresta ao célere desenvolvimento da Cidade-Canção.

Yoshida soube construir com sua simplicidade, respeito ao próximo, obediência às nossas instituições e religiosidade um vasto círculo de amizades, amando-o e por ele fazendo ser amado.

Sua lembrança ficará gravada, através anos, nos corações dos que tiveram a graça de o conhecer.

É justo que esta Casa reverencie a memória do pioneiro maringaense Sonojiro Yoshida.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, vem respeitosamente requerer, ouvido o Plenário,

seja registrado em ata um voto de louvor ao Município de CURITIBA, pela passagem do seu 30o. aniversário de emancipação política.

O louvor é maior ainda, em virtude de estar aquele município experimentando uma administração séria e responsável, comandada pelo dinâmico Prefeito GERALDO MOLINA.

Aprovado o presente requerimento, pede que dele se dê ciência às autoridades daquele município.

Sala das Sessões, em 26 de outubro de 1.977.

(a) Osvaldo Macedo.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o Plenário, seja consignado voto de congratulações ao eminente Professor Theodorino Jorge Atherino, pela sua brilhante atuação como Reitor da Universidade Federal do Paraná.

Durante o seu mandato, cumprido com a transmissão do cargo ao Vice Reitor, Professor Ociron Cunha, o erudito Mestre dinamizou, praticamente, todos os setores da maior Casa de ensino superior do nosso Estado, de modo a proporcionar aos estudantes as melhores condições de aprendizagem.

Outrossim, aprovado este requerimento, dê-se ciência da decisão deste Poder Legislativo ao homenageado.

Sala das Sessões, em 26 de outubro de 1.977.

(a) Ezequias Losso.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Requeiro, regimentalmente, a consignação na ata dos trabalhos da sessão de hoje, de voto de regozijo a RENATO MAZANEK e MARGARET BORN, que representando o nosso Estado, conquistaram o primeiro prêmio da XIV BIENAL INTERNACIONAL DE SÃO PAULO.

Competindo com mais de duas centenas de trabalhos de todo o mundo, o trabalho denominado "OS BÓIAS FRIAS" obteve a honrosa colocação, merecendo os aplausos do ilustrado corpo de jurados e do público que prestigiou o acontecimento.

Outrossim, aprovado o presente, dê-se ciência da decisão da Casa aos homenageados, cumprimentando-os pela brilhante conquista, e à direção da XIV BIENAL INTERNACIONAL DE SÃO PAULO, pelo sucesso da promoção.

Sala das Sessões, em 26 de outubro de 1.977.

(a) Maurício Fruet.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Há 28 anos se realiza a Bienal Internacional de São Paulo, que se constitui em um dos mais importantes e prestigiados certames de arte em todo o mundo, e no qual os maiores e mais respeitados nomes, nacionais e internacionais, têm apresentado seus trabalhos.

Ocorre que, ao longo de todo esse tempo, jamais o Paraná, por seus participantes, logrou conquista de destaque, fato que, neste ano, deixou de existir, com o reconhecimento ao talento e à sensibilidade de uma equipe paranaense que dela participou.

A equipe constituída pelo publicitário RENATO MAZANEK e pela artista plástica MARGARETH BORN, com a participação de dois outros conterrâneos, Jamil Snege e João Urban, com o seu trabalho denominado "Boias-Frias", atingiram nível internacional, e obtiveram premiação, conquistando uma "menção especial".

A par da conquista em si, que demonstra o reconhecimento do juri internacional ao trabalho dos paranaenses, há que se mencionar o fato de que a obra tem se constituído em uma das mais visitadas pelo volumoso público que tem prestigiado a Bienal.

Outro aspecto a citar, é o desprendimento dos autores em favor da arte, pois, sem qualquer estímulo ou auxílio oficial, mas investindo recursos próprios, mais altos que o valor do prêmio recebido, mesmo assim levaram a efeito o exitoso trabalho.

De outro lado, mesmo sem conhecimento da intensão dos autores, há que se proceder um enfático registro do "conteúdo" do trabalho que, mostrando a vida, o sonho, as agruras, a esperança, o drama, enfim, a verdadeira vivência do "boia-fria" mostra a preocupação com um dos problemas sociais mais graves que a incompetência e a insensibilidade de poucos tem gerado para tantos.

É, ao lado de reconhecer a existência da questão, um alerta à consciência, fraterna e solitária, do povo paranaense e brasileiro, e um agulhamento nos que podendo, não equacionam o problema.

É, em última análise, a certeza de que em nossa terra, conscientemente ou não, há e está sendo externada uma interpretação dos sentimentos populares e das propostas artísticas.

O fato não pode e não deve passar sem uma manifestação desta Casa, razão porque, os Deputados que este subscrevem, no uso de suas atribuições, requerem ouvido o Plenário, seja consignado voto de efusivas congratulações com os paranaenses que conquistaram premiação na recente Bienal Internacional de São Paulo.

Outrossim, sugerem que, mantidos os necessários entendimentos, a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, se empenhe por obter dos autores a exposição do trabalho, em suas dependências, possibilitando o conhecimento da obra ao público paranaense.

Requerem, ainda, se dê ciência da decisão da Casa aos autores, à Fundação Cultural do Estado do Paraná e à Fundação Cultural de Curitiba.

Sala das Sessões, em 26 de outubro de 1.977.

(aa) Enéas Faria, Accioly Neto.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, respeitosamente requer seja desdobrado a pedido de informações anteriormente dirigido ao Exmo. Sr. Governador do Estado, a fim de que os dois primeiros itens sejam dirigidos à Presidência do egrégio Tribunal da Justiça e os três últimos ao Chefe do Poder Executivo.

Sala das Sessões, em 26 de outubro de 1.977.

(a) Fidelcino Tolentino.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de sua prerrogativas regimentais, respeitosamente requer, após ouvido o douto Plenário desta Casa, sejam solicitadas ao Exmo. Sr. JAYME CANET JUNIOR, DD. Governador do Estado, as seguintes informações:

1) — Qual o valor do vencimento básico de Desembargador e suas alterações desde 01 de janeiro do corrente ano, até esta data?

2) — Quais as gratificações e vantagens atribuídas para o cargo de Desembargador? Inclusive representação e produtividade.

3) — Qual o valor do vencimento básico de Secretário de Estado e suas alterações desde 01 de janeiro do corrente ano, até esta data?

4) — Quais as gratificações e vantagens atribuídas para Secretário de Estado e suas alterações desde 01 de janeiro do corrente ano, até esta data?

5) — Tendo em vista as modificações introduzidas na Constituição Federal pela Emenda Constitucional No. 7, de

13 de abril de 1977, qual a providência tomada pelo Governo do Estado para dar uma correta aplicação ao disposto no § 4o. do artigo 144 daquela Carta Magna?

Sala das Sessões, em 26 de outubro de 1.977.

(a) Fidelcino Tolentino.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, respeitosamente requer, após ouvido o douto Plenário desta Casa, seja encaminhado ofício ao ilustríssimo Senhor Doutor TANCREDO BENGHI, DD. Diretor do D.E.R., solicitando a atenção daquele Departamento para que seja procedida a conservação da antiga estrada CASCAVEL—TOLEDO, inclusive procedendo-se às melhorias que se fizerem necessárias para dar-lhe condições ideais de tráfego.

Sala das Sessões, em 26 de outubro de 1.977.

(a) Fidelcino Tolentino.

JUSTIFICATIVA:

Após a conclusão da nova rodovia Cascavel-Toledo, a estrada antiga, que obedece outro traçado, distante do atual, ficou praticamente abandonada.

Segundo conseguimos apurar, o D.E.R. espera que as Prefeituras Municipais procedam à conservação daquele trecho, enquanto que estas aguardam idêntica iniciativa por parte daquele órgão estadual.

Desde que se trata de estrada estadual, ainda que tenha sido construída nova rodovia, parece-nos que compete ao D.E.R. continuar preservando aquela estrada, inclusive procedendo as melhorias que se fizerem necessárias.

Não se pode esquecer que a estrada antiga ainda serve grande parte dos habitantes daquela região, e se constitui em importante via escoadora de produtos agrícolas originários das localidades impossibilitadas de optar pela nova rodovia.

Essas as razões pelas quais acreditamos que este apelo será atendido de imediato.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições e na forma regimental, requer à Mesa, após ouvido o Plenário, o envio de ofício endereçado ao Senhor Superintendente da TELEPAR, consubstanciando o nosso apelo no sentido de se instalar Posto de DDO em ALTAMIRA, Município de Palmital.

Sala das Sessões, em 26 de outubro de 1.977.

(a) José Domingos Scarpelini.

JUSTIFICATIVA:

Ninguém pode hoje, em sã consciência, desconhecer os inúmeros benefícios da telecomunicação numa época em que se vive apressadamente — quando os negócios e as mais importantes decisões são efetivados e concluídos através uma ligação telefônica, além de, olhando-se por outro prisma, a facilidade de uma comunicação urgente com médicos, entidades hospitalares ou responsáveis pela segurança pública, tudo isso significando e traduzindo a necessidade urgente da instalação desse posto de DDO em Altamira, localidade que vem apresentando notáveis índices de progresso e o crescente aumento populacional, o que, em verdade, justificam amplamente o presente requerimento.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, requer nos termos do Regimento Interno, que sejam enviadas cópias do pronunciamento feito na sessão de hoje às seguintes autoridades:

- 1 — Presidente da Eletrosul, Eng. Thompson Flores;
- 2 — Diretor de Suprimentos da Eletrosul, Prof. Véspero Mendes;
- 3 — Governador Jayme Canet Junior;
- 4 — Prefeito de Chopinzinho, Vicente Mücke Jr.;
- 5 — Presidente da Câmara Municipal de Chopinzinho.
- 6 — Presidente do INCRA.
- 7 — Coordenador
- 8 — Ministro de Minas e Energia.
- 9 — Presidente da República.

Sala das Sessões, em 26 de outubro de 1.977.

(a) Luiz Alberto Oliveira.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Foi depois de uma grande mobilização comunitária, envolvendo pronunciamentos do legislativo municipal, comentários de toda a imprensa e nossa presença quase diária em veículos de comunicação social, ou mesmo desta tribuna, que se planejou e executou, a melhoria do acesso viário a Santa Felicidade, único bairro turístico de Curitiba.

A campanha reivindicatória não se circunscreveu ao bairro, que afinal já era servido de asfalto. Reivindicava toda Curitiba, que tem em Santa Felicidade um local de visitação constante, em horas de lazer, revoltada em função das repetidas mortes que faziam do acesso a Santa Felicidade uma estrada de sangue. Era uma exigência de interesse geral, porque a ameaça pairava sobre toda a população: são poucos os curitibanos que, eventualmente, não demandam, vez ou outra, ao bairro típico. O protesto era contra a sinuosidade, a falta de sinalização, o mau estado do pavimento, a estreiteza do leito do acesso a Santa Felicidade, facilitando circunstâncias para a ocorrência de acidentes automobilísticos que se repetiam quase diariamente, tal o volume do tráfego.

Em paralelo, e admitindo o turismo como atividade econômica de interesse geral, reivindicava-se a melhoria do acesso como imperativo para a caracterização de Curitiba como cidade digna de ser visitada, turisticamente, apesar de carecer de maiores atrativos panorâmicos ou históricos.

Finalmente, a implantação do Parque do Barigui foi outra decisiva motivante para que a Prefeitura executasse, e muito bem, as obras de acesso a Santa Felicidade, em condições como a cidade exigia e merecia.

Cumprimentos pelo feito, repúdio ao malfeito.

A Prefeitura Municipal de Curitiba, através da URBS, está impondo agora, aos proprietários de testada àquela avenida, o pagamento da obra, na base de Cr\$ 722,00 por metro de frente, pretendendo que arquem eles com o ônus de uma obra, tipicamente, comunitária, de interesse geral, e que eles próprios, como moradores, pouco reivindicaram.

É uma injustiça pretender que poucos paguem pelo benefício geral. Que poucos paguem pelas características especiais e dispendiosas dessa obra viária incomum pelas finalidades a que atende.

Em nosso entendimento, nada devem aqueles moradores, que já se beneficiavam de uma via pavimentada. Deve toda a cidade, pelas melhorias que ela própria exigiu. Em tal circunstâncias, o financiamento deve ser debitado à conta dos recursos ordinários da Prefeitura, arrecadados por impostos gerais.

Isto posto, o Deputado que adiante subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer à Mesa, ouvida a Casa, encaminhe-se apelo ao Exmo. Sr. Prefeito Municipal de Curitiba, no sentido de que determine à URBS que se abstenha de pretender cobrança, a qualquer título, das obras da Avenida de acesso a Santa Felicidade, gestionando, ao mesmo tempo, para que a cobertura financeira seja diluída entre todos os moradores da cidade, como é de toda justiça.

Sala das Sessões, em 26 de outubro de 1.977.

(a) Erondy Silvério.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o Plenário, seja encaminhado ao Exmo. Sr. Secretário dos Negócios da Educação, sugestão no sentido de ser implantado na cidade de Vila Nova — Município de Pinhão, curso de 2o. grau, tendo em vista a população escolar daquele município que necessita, urgentemente, dessa providência.

Sala das Sessões, em 26 de outubro de 1.977.

(a) Trajano Bastos.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, requer a Vossa Excelência, a suspensão das sessões do dia 31 do corrente e 01 de novembro vindouros, a fim de que os Srs. Deputados possam dedicar suas atenções aos trabalhos das Comissões Técnicas.

Sala das Sessões, em 26 de outubro de 1.977.

(a) Erondy Silvério.

PROJETOS DE LEI:

Projeto de Lei número 151/77

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1o. — Fica declarada de utilidade pública a "ASSOCIAÇÃO DAS SENHORAS DE ROTARIANOS DE PARAÍSO DO NORTE", com sede e foro na cidade de Paraíso do Norte.

Art. 2o. — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 26 de outubro de 1.977.

(a) Paulo Camargo

JUSTIFICATIVA:

A entidade que se pretende seja declarada de utilidade, vem prestando inestimáveis e relevantes serviços em prol dos menos favorecidos da comunidade de Paraíso do Norte, recebendo para tanto o reconhecimento público Municipal, através da Lei nº. 72/76 de 03/05/76.

A documentação que anexamos ao presente, comprovam o preenchimento dos requisitos legais para o seu reconhecimento público estadual, que ora propomos e que temos a certeza, contará com o apoio e a aprovação dos nobres Pares com assento nesta augusta Casa de Leis.

Projeto de Lei número 152/77.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1o. — Fica o Poder Executivo autorizado a alienar o imóvel constituído pelos lotes urbanos Nos. 06 e 08, da Quadra No. 55, do loteamento de Paranavaí, medindo 15 ms. de frente para a rua Alagoas por 26 ms. de lado, fazendo o último lote esquina com a rua Bahia, respectivamente com as áreas de 490 m² e 390 m², num total de 880 m², localizados no Município de Paranavaí, a Associação Comercial e Industrial de Paranavaí.

Art. 2o. — A alienação de que trata o Art. 1o. da presente lei, será regulamentada através do Decreto a ser baixado pelo Chefe do Poder Executivo.

Art. 3o. — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 26 de outubro de 1.977.

(a) WILSON FORTES.

JUSTIFICATIVA:

O imóvel, objeto da presente autorização para a sua alienação, integra o patrimônio do Estado e onde se encontra a sede da Associação Comercial e Industrial de Paranavaí, a qual já se encontra com uma solicitação legislativa que ora estamos propondo.

Anexamos ao presente, o parecer de no. 537/77 da Procuradoria Geral do Estado, que melhor esclarece o assunto. O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — Está finda a leitura do expediente.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Fuad Nacli, inscrito.

O SR. FUAD NACLI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Nós temos, durante a semana toda, ouvido desta tribuna, debates sobre problemas das estradas, principalmente das estradas vicinais que ligam o Paraná.

E hoje nós estamos desta tribuna para fazer um convite a todos os Srs. Deputados, principalmente aos Srs. Deputados que representam o Norte do Paraná, porque no dia 29 teremos a inauguração da estrada que liga Bandeirante a Itambaracá. Em que o povo daquela cidade vai oferecer um almoço ou melhor, uma churrascada pela maneira com que o Governo e a Secretaria de Transporte atendeu a reivindicação daquele município.

Nós não poderíamos deixar de vir a esta tribuna convidar os Srs. Deputados Estaduais para que no dia de amanhã não venham criticar; porque lá, nessa estrada, lá passam todos, indistintamente.

A satisfação foi tão grande que o comércio e a população se uniram, independente da Prefeitura, para dar uma festa a todos que lá comparecessem; principalmente aos representantes de Londrina, de Santo Antônio da Platina e daquela região, que muito bem representa Jacarezinho, Cornélio Procopio.

Nós gostaríamos que no dia 29 nos dessem a satisfação de estar conosco, dia em que S. Exa. o Governador receberá título pelos serviços prestados à comunidade daquela cidade.

Quando falamos em estradas hoje, e apartamos o ilustre Deputado Fidelcino Tolentino, de Cascavel, tivemos o aparte, do Deputado dizendo que o nobre Deputado Fuad Nacli tinha dito que os 20 anos passados, os governos passados não fizeram o que o Governo Canet Junior está fazendo.

Quero reafirmar ao Deputado que, durante todo o governo até a posse de S. Exa. o Governador Jayme Canet, o Paraná tinha 1.100 quilômetros de estradas asfaltadas.

E hoje nós estivemos na Secretaria de Viação e Obras Públicas, no Departamento de Estradas de Rodagem, em companhia de diversos Prefeitos e vimos o plano rodoviário e as estradas que estão sendo implantadas no Paraná.

E ele vai entregar ainda este ano, 3.700 quilômetros de estradas.

Sabemos muito bem, e os Srs. que são do Vale do Parana-panema, a estrada que liga Rolândia a Porecatu, a qual leva o nome do fundador da cidade de Porecatu, João Lunardeli, ou melhor, a "Estrada do Sogro", hoje dando acesso a Centenário do Sul, ligando a Santo Inácio, a Jaguapitã a Guaraci.

Recordo como se fosse hoje, como todos os Srs. Deputados que aqui estão e que lá viveram, que de Porecatu a Centenário ou a Londrina, levava-se um dia.

Hoje, leva-se apenas 60 minutos.

Isso conhece muito bem os Srs. Representantes de Assis Chateaubriand e Cascavel, do Vale do Piquiri.

Ainda há dias atrás, em Formosa, quando lá estava o Governo do Estado, encontrei-me com um cidadão que me perguntou qual o rio sobre o qual o Governo ia fazer mais uma ponte.

Porque, sobre o Rio Piquiri já existiam 4 pontes: uma em construção e três prontas.

Então, estamos vendo um verdadeiro "rush" de trabalho, de realizações que o Governo tem dado a todo o Estado, não

só no setor rodoviário, mas em todos os setores.

Cumpra-me a obrigação, como Deputado, de comunicar que recebi, a data da visita de S. Exa. o Sr. Governador às cidades de Bandeirantes e Itambaracá, e a incumbência de convidar a Comissão Executiva e a todos os Srs. Deputados, para festejar com o povo do Paraná, a inauguração daquela estrada e para verem a alegria e satisfação com que encontra aquelas populações.

Ainda hoje, encontrando-me com diversos Prefeitos da região, eles me diziam que faltam apenas pequenos detalhes para que a estrada fique pronta.

Telefonei a Porecatu, falando com o Prefeito daquela cidade, foi-me recordado que uma firma que ficara três anos trabalhando na terraplanagem da estrada que ligava Porecatu a Centenário.

E agora, sem promessas, sem compromissos, o Governo determinou que aquela estrada fosse asfaltada.

E ela hoje se encontra pronta, aguardando apenas a data que S. Exa. o Sr. Governador do Estado fará uma visita àquela cidade para inaugurar aquela estrada.

Hoje, apartando o nobre Deputado Fidelcino Tolentino, e quando falamos em Cafelândia, Palmitópolis e Formosa, queremos dizer que S. Exa. sabe muito bem que o asfalto de Catanduvas está sendo executado e chegará até as barrancas do Rio Iguaçu, atravessando para o outro lado.

O SR. PRESIDENTE (**Ernesto Gnoato**) — A Presidência comunica que está esgotado o tempo concedido a V. Exa., concede-lhe no entanto, mais um minuto para concluir.

O SR. FUAD NACLI — Obrigado.

Todos os Srs. sabem, muito melhor do que eu, que o que está sendo feito é uma realidade.

Não vim à tribuna para bajular quem quer que seja. Voltarei, se Deus quiser, para defender quem merece, mas criticar secretários, diretores de departamento, que nada fazem.

Não estarei aqui para bajular o Sr. Governador, nem o Sr. Secretário de Transportes.

Esse título que ele recebe, em Corbélia e em Nova Aurora, foram títulos espontâneos e que a Câmara de Vereadores, composta pelos emedebistas que lá estão, com 4 Vereadores da Oposição e 4 da Situação, por unanimidade de votos eles concederam o título ao Sr. Secretário, Dr. Osires Stenghel Guimarães.

Isto prova que eles estão satisfeitos, isto prova que é uma realidade o trabalho da Secretaria dos Transportes do Estado do Paraná.

E quando nós nos referimos a que fora feito neste Governo mais do que em todos os Governos passados, não foi para criticarmos o ex-Governador Moysés Lupion ou qualquer outro Governador que por aqui haja passado.

Sabemos do passado, e da situação de hoje, e queremos agradecer aqui, a Oposição, que deu a oportunidade ao Sr. Governador, de fazer o empréstimo de 55 milhões de dólares a fim de que o Governo pudesse fazer o que está fazendo, ao Estado.

Agradeço a todos os Senhores - (**Sem revisão do orador**)
O SR. PRESIDENTE (**Ernesto Gnoato**) — Concedo a palavra ao segundo orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Lineu Turra. — (Ausente).

Concedo a palavra, ao terceiro orador inscrito, Sr. Deputado Fidelcino Tolentino.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Há quase 20 meses o INPS de Cascavel alugou um edifício, para fazer uma extensão das suas instalações, certamente objetivando atendimento ao público, aos associados e aos previdenciários.

Desde o ano passado, antes da metade do ano passado

até agora, a Superintendência do INPS nenhuma providência tomou para ultimar aquelas instalações e o curso desses aluguéis, segundo informações não oficiais chega a 50 mil cruzeiros mensais.

É de se perguntar, Senhor Presidente, Senhores Deputados, qual é o objetivo do Instituto Nacional de Previdência Social, ao colocar à disposição um prédio inteiro e, até hoje não ocupar as suas dependências, as suas instalações?

E desde aquela época até hoje, está também ali um guarda, que, por certo, deve estar ganhando alguma quantia razoável.

Luzes acesas e o prédio sem nenhuma ocupação, sem nenhuma serventia, a despeito das exigências que de fato correm.

Há 6 meses atrás indagávamos de funcionários do INPS, qual teria sido a razão daquele contrato de locação.

Teriam alegado que seria para ampliar o quadro de funcionários, para melhor atendimento ao público.

Posteriormente, a imprensa de Cascavel indagou de um concurso que se faria, para preenchimento dos quadros, naquela Delegacia ou Agência do INPS.

E as informações nos chegaram: de que alguém estaria interessado em não divulgar a notícia das provas de seleção, para que apenas aqueles que tinham ciência, através de informações secretas, pudessem habilitar-se ao concurso.

Trata-se de concurso público, ou, tratava-se de concurso público, cuja divulgação tempestiva é uma exigência legal.

Mas a nossa indagação, Senhor Presidente, Senhores Deputados, é para saber se o INPS vai ou não ocupar aquele prédio, porque grandes prejuízos está trazendo para os cofres públicos, para o erário público, porque alugar um prédio e colocá-lo à disposição da repartição e não usá-lo, realmente, é um esbanjamento que pode alcançar até ilícito penal.

E não se pode entender que, estando na iminência de concluir a sua sede própria em Cascavel e, diga-se de passagem, em terreno doado pela Prefeitura, até agora o INPS, apesar de ter sido instado a uma resposta coerente, até este momento nada justificou.

Deixo aqui, Sr. Presidente, Senhores Deputados, esta indagação: que é de estranhar o posicionamento que está tomando a Superintendência daquele instituto, relativamente à ocupação de um prédio, apenas em contrato, porque não tomou posse física e não concluiu-se o objetivo visado pelo contrato assinado com o seu proprietário.

Cascavel e a região Oeste não pode compreender nem aceitar esse estado de coisas, esse desrespeito com a destinação de verbas públicas, porque na iminência de fechar um dos grandes hospitais da cidade de Cascavel, com 140 leitos, a exemplo de vários outros, o Hospital Nossa Senhora da Salete, que se serve também de verbas do INPS, reclama que o Instituto está em atraso em cerca de 8 meses, com o pagamento de médicos e serviços hospitalares, de um modo geral.

Não é de se entender que, paralelamente, o Instituto alugue um prédio cuja soma de alugueres, sem qualquer uso, chegue à casa de um milhão de cruzeiros, e os Hospitais de Cascavel e toda a região, a reclamar pelo pagamento do atendimento prestado a previdenciários e segurados.

E agora, um hospital dos mais antigos e mais qualificados daquela cidade, com extraordinária capacidade e contando mais de uma dezena de médicos com especialização, inclusive no exterior, esteja na eminência de fechar por falta de atendimento e falta de cumprimento principalmente das obrigações do Instituto de Previdência.

Quando se fala que Cascavel vai abrigar um avantajado empreendimento e ser sede de um hospital regional que terá inicialmente, 150 leitos e que sua capacidade total seria de 350, o chamado "Hospital Regional" construído com verbas de repasse do Governo Federal, pela Secretaria da Saúde,

buscando atender a demanda imposta pela Usina Itaipu, não se pode entender, Srs. Deputados, que uma cidade como Cascavel, que representa hoje um dos polos de maior desenvolvimento do Estado do Paraná, esteja na iminência de ver um dos maiores hospitais da região fechar suas portas por motivos alheios a sua vontade, que chegam a prejuízos incalculáveis.

E por que, Senhores Deputados?

Porque o INPS está atrasado há 8 meses, não só com o Hospital Nossa Senhores da Salete, mas também perante vários outros de minha cidade.

Eu faço aqui uma indagação: se o Governo quiser tratar dos problemas de saúde, com seriedade, e se o Governo fala, e ainda hoje deve ter falado S. Exa. o Presidente da República, de uma democracia social, não se pode entender que Cascavel e todo o Paraná, a exemplo de quantas vozes que já se levantaram nesta tribuna, fique na iminência de sofrer um constrangimento deste direito que é a saúde, cujo preceito é previsto na Constituição que eles mesmos editam, isoladamente, e depois não cumprem.

Este é o apelo, esta é a indagação que quero deixar aqui nesta Tribuna, Senhor Presidente.

Medidas saneadoras precisam ser tomadas para evitar males de proporções mais danosas, o que a população pede e tem direito de postular.

Voltarei a esta tribuna com mais veemência, se necessário.

O SR. PRESIDENTE (**Ernesto Gnoato**) — Concedo a palavra ao quarto orador inscrito, Sr. Deputado Renato Bernardi, inscrito.

O SR. RENATO BERNARDI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Hoje eu venho à tribuna com muita satisfação, porque normalmente o parlamentar dentro de uma limitação interna que passa o Poder Legislativo em seus diversos níveis, o Brasil tem numa luta constante, procurado representar os anseios da população que ele representa, na Casa Parlamentar, e nem sempre tem encontrado do Poder Executivo a devida atenção para esse pedido de informação.

E nós estivemos aqui, nesta tribuna, no dia 21 de setembro, quando viajando pelo interior, tínhamos sentido uma perspectiva para o Paraná no setor da cafeicultura, os nossos cafezais se revigorando, se renovando, se reformando, se revitalizando após a catastrófica geada de 1.975.

E, neste ano de 1.977, com a estiagem mais prolongada e com a ausência do declínio maior de temperatura, os nossos cafeeiros que normalmente passavam pela primeira fase de floração no final de agosto e começo de setembro, este ano já estão apresentando a quinta florada, sendo que a última e começando na última semana de julho.

Mas, concomitantemente, ao lado de uma florada antecipada e precoce nós tínhamos também no Paraná observado a incidência cada vez maior da chamada praga mineira, praga mineira essa que encontraria exatamente no declínio da temperatura o seu maior inimigo, mas que tem seu ciclo de maior desenvolvimento no período de outubro a março.

E naquela oportunidade, nós apresentamos requerimento, que aprovado por unanimidade desta Casa, foi encaminhado aos Srs. Ministros da Fazenda, Agricultura, do IBC e do Banco do Brasil, pedindo a liberação de créditos especiais aos cafeicultores, especialmente aos pequenos e médios, para que pudessem fazer frente a esse chamado bicho mineiro.

E, diante das justificativas, é claro que a gente apontava exatamente o aspecto técnico da coisa: que a praga não ia derubando a florada dos cafezais.

Tirava dos cafezais exatamente a sua maior proteção que ele teria para reter, conservar e manter uma carga que além de precoce passava a ser grande.

E agora, neste mês de outubro, voltando ao interior e passando por novas regiões de café, nós sentimos que em muitos lugares os efeitos da perda de carga pela perda de folhagem provocada pelo incidente da praga mineira já se fez sentir.

Mas para satisfação nossa, nós recebemos ontem, o seguinte ofício: (Lê) — "Curitiba, 20 de outubro de 1.977.

Senhor Deputado:

Em atenção ao solicitado pelo nobre Deputado, cumpre a esta Primeira Secretaria passar às mãos de V. Exa., inclusa cópia autêntica do expediente encaminhado a esta Casa pelo Senhor Walter Peracchi Barcellos").

E o radiograma passado por S. Exa. o Sr. Diretor da Carteira Agrícola do Banco do Brasil, do Setor Sul.

(Lê): "Ao Sr. Ivo Thomazoni — Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná".

E este radiograma é do dia 7 de outubro, dirigido Exmo. Sr. Presidente Banco do Brasil S.A., encaminhando cópia proposição Deputado Renato Bernardi, tenho satisfação participar prezado amigo e ilustre Presidente Assembléia Legislativa Paraná, que já foram expedidas instruções nossas filiais liberando financiamentos aquisição defensivos e demais insumos para aplicação lavouras café.

Renovo cordiais saudações. Assinado Walter Peracchi Barcellos. Diretor")

Efetivamente, dentre as muitas solicitações feitas por esta Casa, e que são como mensagens lançadas às pedras do deserto que não tem a devida resposta, esta resposta efetivamente, nos satisfaz.

Embora tardiamente, mas sempre a tempo, para que não pairasse sobre o cafeicultor paranaense, a ameaça de que financiamentos novos só seriam abertos a partir de março de 78.

Ocorre, entretanto, Sr. Presidente, que este radiograma é do dia sete de outubro, mas estivemos no Norte do Estado, conversando com cafeicultores ainda no dia 22 de outubro, e até então as agências do Banco do Brasil no Interior do Paraná, não tinham recebido as instruções da Direção Geral para a concessão desses créditos especiais suplementares, exatamente para a aquisição desses defensivos.

Sendo assim, acredito, que esta resposta do Banco do Brasil a esta Casa, deverá receber da imprensa do Paraná, o devido destaque, e quem sabe ao menos através da imprensa, as agências do Banco do Brasil, terão conhecimento da liberação desses recursos.

Era o que nós tínhamos a trazer ao conhecimento da Casa, neste instante. — (**Sem revisão do orador**).

O SR. PRESIDENTE (**Ernesto Gnoato**) — A Presidência convida um dos Srs. Deputados para tomar assento na Secretaria, para conceder a palavra ao Deputado Gabriel Manoel.

O SR. GABRIEL MANOEL — Sr. Presidente, Srs. Deputados. Estamos tão somente nesta tribuna, nesta tarde de hoje, para comunicar à Casa e ao povo do meu Paraná, que estaremos no dia 29 acompanhando a comitiva do ilustre Governador Jayme Canet Junior, para a inauguração da estrada que liga Cambará-Jacarezinho.

A estrada completamente asfaltada, será inaugurada às nove e 30 da manhã do dia 29.

Aquela estrada, Srs. Deputados, que ligará esses dois polos do Norte Pioneiro, que é Jacarezinho-Cambará, conseqüentemente, em demanda para o Norte Novo e Novíssimo.

Estrada construída e orientada pelo ilustre Secretário dos Negócios dos Transportes do Estado do Paraná, Dr. Osires Guimarães, que faz parte desta equipe, deste Governo de Jayme Canet Junior, que está levando esta famosa "casca de ovo" negro, para a nossa região; lá, vamos ver, vamos provar e comprovar que é uma estrada de primeira qualidade, onde transitaram inúmeros veículos para que se escoem as safras daquela rica região, daquele vale que liga com o Estado de S. Paulo.

Haveremos, Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. membros da Comissão Diretiva da Casa, de estar na euforia do povo, dando ao grande Governador Jayme Canet Junior, o nosso agradecimento, o agradecimento do povo sincero, que moureja naquelas terras, para dizer "Presente" ao Governo Arenista da Revolução e ao

Governo de Jayme Canet Junior.

É a política verdadeira, sem demagogia, com um fato concreto e palpável.

Dizíamos nós, Sr. Presidente, Srs. Deputados, há questão de 60 dias que haveríamos de vir aqui, para convidar os Srs. Deputados para a inauguração de mais uma cinta negra, de mais uma "casca de ovo" esta grande casca de ovo da galinha de ovo de ouro, este ovo é aplicado em benefício de nossa terra e de nossa gente.

É por esta nossa euforia, é por isso que vemos estampado nos rostos destes paranaenses que vêm de todo o Brasil, que vêm até do estrangeiro para dizer presente ao Governo Arenista e para dar resposta nas futuras eleições de 15 de novembro do ano vindouro para que possamos, Sr. Presidente, Srs. Deputados, "dar a César o que é de César"; para podermos impulsionar a mola de trabalho, a mola de honestidade, o vínculo do Governo com o povo, o vínculo honesto e sincero do dinheiro do povo aplicado em benefício do próprio povo.

Haveremos de dizer um "sim" ao Governo Canet, em todas as suas inaugurações que são realizadas junto com o povo, junto com o seu povo e o nosso povo, que é o povo paranaense.

Então, Sr. Presidente, haveremos de começar o "rush", como dizia o Deputado Fuad Nacli, em nossa região. Um "rush" de inaugurações, a começar pela estrada de Cambará, a Jacarezinho; tão criticada desta tribuna.

É por isto que nos sentimos na euforia para pedir para os que criticaram, que vão à Cambará no dia 29, para verem o Governador do Paraná ser carregado pelo povo naquele trecho.

Muito obrigado, Sr. Presidente, muito obrigado, Srs. Deputados. — (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE (Ernesto Gnoato) — No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Erondy Silvério, inscrito.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Também quero mexer um pouquinho na omelete que se fez na Casa nos últimos dias, com relação às estradas vicinais.

Apenas para discordar de um aparte, embora o nobre Deputado Fuad Nacli já tenha justificado o seu aparte desta tribuna.

Mas apenas para discordar do nobre companheiro de bancada quando ele diz que nestes últimos vinte anos pouco se fez em matéria de estradas no Paraná.

Nós reconhecemos efetivamente a liderança do atual Governo de Jayme Canet Junior neste setor, embora a Oposição que conteste, mas é o povo do Paraná, é a imprensa que não têm elogios ao Programa Rodoviário do atual Governo.

Ainda agora eu li um noticiário que S. Exa. se prepara para entregar o milionésimo quilômetro de rodovias vicinais.

Mas, hoje, terros que reconhecer que os mecanismos de crédito foram agilizados e que os Governos anteriores não tiveram as mesmas facilidades que o atual Governo.

Mas não podemos esquecer que desde o Governo de Bento Munhoz da Rocha, que dispoñdo apenas de sua receita tributária, levou o asfalto de Londrina e Ibiporã e iniciou outras estradas.

O primeiro Governo de Moysés Lupion também pródigo em realizações em matéria de estradas.

O Governo de Ney Braga iniciou a Rodovia do Café que o imortalizou perante o povo paranaense.

A Paulo Pimentel, além da conclusão da Rodovia do Café. Maringá, Campo Mourão, Pato Branco, Três Pinheiros, este surto extraordinário de desenvolvimento do Sudoeste, deve-se à conclusão daquela rodovia.

Portanto, vamos nesta oportunidade, reconhecer o trabalho extraordinário do Governador Canet Junior com relação às estradas.

É perfeito, é justificável.

Não concordo com a Oposição, mas o papel da Oposição é este.

O papel da Oposição é estar sempre contra o Governo mesmo que esteja certo.

Porque a Oposição infelizmente, no regime em que vivemos, só pode se alimentar de seu papel de contestador das realizações do Governo.

Mas o que não podemos é estabelecer aqui o demérito das administrações anteriores, que com os recursos limitados, realmente fizeram muito pelo Paraná neste setor.

E por falar em estrada, vou falar de uma estrada aqui de Curitiba. A estrada de Santa Felicidade.

Quando ocupávamos um programa do Canal 4 e na Rádio Independência que ainda hoje ocupamos porque não houve pressão contra a nossa permanência na Rádio Independência, felizmente, até agora não houve; nós levamos muitas vezes o apelo da população Curitibana principalmente a dos moradores do Distrito de Santa Felicidade, ao Prefeito Saul Raiz.

Para que aquele asfalto, tantas e tantas vezes manchado com o sangue de vítima de desastres, pela péssima sinalização daquela rodovia; pelas condições de sua construção; porque ela foi construída em 1949, deixava muito a desejar; a um distrito de quem se diz um polo de atração turística da cidade. Como é o Distrito de Santa Felicidade.

Em diversos programas nós irmanamos à luta da comunidade curitibana, a luta dos moradores de Santa Felicidade.

E o Prefeito Saul Raiz, em boa hora, porque era ano eleitoral, resolveu determinar o alargamento da Estrada de Santa Felicidade; uma sinalização perfeita, construção de uma nova ponte sobre o Rio Barigui.

Enfim, um investimento; a Prefeitura de Curitiba fez um investimento que teve e está tendo retorno a curto prazo, a médio prazo.

Porque é evidente que os trabalhos de infraestrutura que o Governo realiza têm a sua compensação quase que imediata no aumento da arrecadação.

Assim foi com o Norte do Paraná; assim foi com o Norte novíssimo; assim será com o Norte Pioneiro.

E Curitiba também beneficiou-se com a incrementação dos negócios de Santa Felicidade.

Hoje Santa Felicidade é um cartão de visita de Curitiba.

Todos aqueles que nos visitam vão conhecer Santa Felicidade.

Ali efetuam gastos; ali o Governo arrecada ICM; ali a Prefeitura tem a sua participação no ICM arrecadado; Ali a Prefeitura tem a sua participação nos impostos sobre serviços de qualquer natureza.

Portanto, no investimento que a Prefeitura fez, o retorno está se verificando a curto prazo, a curtíssimo prazo.

Era um ano eleitoral; era um ano eleitoral; o Sr. Prefeito na Festa da Uva entregou os melhoramentos da Estrada de Santa Felicidade.

Fez um belíssimo discurso.

Lá estavam todos os candidatos a Vereador; lá estava o atual líder da Arena e do Governo nesta Casa e então Presidente do Diretório Municipal da Arena; Diretório Municipal de Curitiba.

E ouviu perfeitamente quando o Prefeito Saul Raiz disse que aquele era um prêmio aos moradores de Curitiba; era um presente que a administração municipal dava à laboriosa gente de Santa Felicidade.

Mas qual não foi a minha surpresa, Srs. Deputados, quando agora a URBS está cobrando a taxa de pavimentação sobre este asfalto que anteriormente houvera sido ofertado à gente de Santa Felicidade e à população curitibana.

A Prefeitura está cobrando, a URBS está cobrando a razão de 722 mil cruzeiros o metro linear, quando na oportunidade o custo desse asfalto não excedia a 450 cruzeiros.

São atitudes como essa, dessa natureza que causam estranheza à população.

Então isto posto, porque em nosso entendimento nada devem aqueles moradores, que já se beneficiavam de uma via pavimentada.

Deve toda a cidade pelas melhorias que ela própria exigia.

Em tais circunstâncias, o financiamento a meu ver deve ser debitado aos recursos tributários do município.

Jamais uma carga tributária à boa e laboriosa gente de Santa Felicidade, conforme expressão do próprio Prefeito quando fez a entrega daquelas melhorias.

Isto posto, requeiro à Mesa, ouvida a Casa, encaminhe-se apelo no sentido de que determine à URBS que se abstenha de pretender a cobrança de qualquer das obras de acesso à Santa Felicidade, gestionando, ao mesmo tempo, que a cobertura financeira seja diluída entre todos os moradores da cidade, como é de justiça, como é de direito.

Era isso, Sr. Presidente (**Com revisão do orador**).

O SR. PRESIDENTE (**Ivo Thomazoni**) — Concedo a palavra, no Pequeno Expediente, ao Sr. Deputado Luiz Alberto Oliveira, inscrito.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVERIA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Ocupo a tribuna, nesta tarde, para registrar um fato auspicioso ocorrido hoje pela manhã, no Palácio Iguaçu.

O Presidente da ELETROSUL, engenheiro Thelmo Thompson Flores, ilustre homem público, que realizou excelente administração como Prefeito em Porto Alegre, juntamente com o Diretor de Suprimentos daquela entidade, engenheiro Véspero Mendes, renomado administrador e professor da Universidade Federal do Paraná, firmou convênio com a Prefeitura Municipal de Chopinzinho, no valor de 12 milhões e 500 mil cruzeiros, para reconstrução de estradas municipais que serão inundadas face à construção do reservatório da Usina Salto Santiago.

É um fato auspicioso porque irá propiciar recursos à Prefeitura Municipal para reconstruir as estradas dos moradores que terão as suas propriedades prejudicadas por inundação.

Mas é também um fato pioneiro, porque, pela vez primeira no Brasil, um organismo de eletrificação, de âmbito extraregional, firma convênio com uma Prefeitura Municipal para que ela, o poder público municipal, que é o poder público mais próximo aos seus munícipes possa, atendendo às peculiaridades locais, resolver os problemas de mudança de trajeto de estradas que servirá, certamente, para que as Prefeituras de Guarapuava, de Mangueirinha, que também têm o mesmo problema de inundação possam conseguir recursos da ELETROSUL, para a execução de obras rodoviárias.

O convênio assinado, torna-se necessário em razão da futura Usina Hidrelétrica de Salto Santiago, ora em construção pela ELETROSUL que terá uma capacidade final de 2 mil KWA, composta por 4 unidades de 333, na primeira etapa, devendo entrar em operação comercial no final de 1.980.

A barragem terá 80 metros de altura, o que determinará um reservatório com área de 225 km².

No Município de Chopinzinho, serão atingidos 62 km., com a conseqüente inundação de estradas municipais, as quais serão construídas pela Prefeitura, de acordo com o convênio firmado esta manhã, com a participação do Governador Jayme Canet Junior.

O trabalho será desenvolvido em duas etapas, compreendendo a primeira parte a construção de 51 km de estradas, com leito de 6 a 8 metros, incluindo pontes, boeiros, compactação, revestimento primário, servidões, etc., no valor de 7 milhões, 116 mil cruzeiros e que deverá estar construída até o final deste exercício.

Esta primeira parte abrange a reconstrução de estradas de acesso que estarão sujeitas à inundação em caso de cheias máximas, que poderão atingir a quota de 470m após o desvio do rio; este desvio do rio necessário para a construção da barragem principal, está previsto para o início do próximo ano, possivelmente fevereiro.

Na segunda etapa serão construídos 50 km de estradas

com leitos de 6 a 8 metros, incluindo pontes, compactação, revestimento primário, pelo valor de 5 milhões e 421 mil cruzeiros, e que deverão estar construídas até 31 de março de 1978.

A construção desses 102 km de estradas vicinais e acessos será coberta com recursos da ELETROSUL, num montante de 12 milhões de cruzeiros e beneficiará diretamente a 247 famílias do município de Chopinzinho.

A assinatura deste convênio hoje, em Palácio, demonstra a confiança da Eletrosul na capacidade de trabalho da equipe da Prefeitura de Chopinzinho, à frente da qual se encontra o honrado e dinâmico Prefeito Vicente Mücke Junior, cuja competência para este tipo de atividade, foi objeto de rigorosa observação local.

Creio ser necessário ressaltar, Sr. Presidente, Srs. Deputados, — eu que nesta Casa tenho tido oportunidade de dizer que o Estado do Paraná é um Estado privilegiado, pelo seu rio Iguaçu, mas que, por outro lado será um Estado prejudicado pela inundação de uma área de terra equivalente a 5 por cento do seu território, com visível prejuízo à sua economia — creio necessário ressaltar que este ato de boa vontade, que este primeiro gesto de entrosamento entre a Eletrosul, a Prefeitura Municipal e o Governo do Estado, irá, certamente, representar o segundo passo muito importante e ressaltado por Sua Excelência o Governador Jayme Canet Junior, na solenidade de hoje pela manhã: o pagamento justo e imediato aos proprietários das áreas inundadas.

Há necessidade de que a Eletrosul faça uma indenização justa e no menor prazo possível aos proprietários daquela área de Chopinzinho para que os colonos possam comprar outras terras, continuando a desenvolver a agricultura de vanguarda, que é a base da economia paranaense e evitando o êxodo rural.

Já tivemos o cuidado, desde o início de 1975, de entrar em contato com o Governador do Estado e com o INCRA, para regularizar a situação das terras dos moradores daquele município.

O Presidente da República, General Ernesto Geisel, sensibilizado com a falta da regularização fundiária daquela região, em 1976, assinou decreto desapropriatório e hoje, face ao trabalho do Dr. Aroldo José Moleta à frente do INCRA, está se regularizando aquela incômoda situação.

A concorrência para a medição final da área dos moradores que serão atingidos, já foi feita e, no princípio do próximo ano o INCRA passará a expedir os títulos definitivos da área dos municípios abrangidos e, em conseqüência, a Eletrosul terá oportunidade de fazer a indenização devida.

Ressalto nesta oportunidade, Sr. Presidente, Srs. Deputados, a atitude do Chefe do Poder Executivo Estadual em defesa, na solenidade de hoje, dos agricultores daquela área que será inundada pela construção de Salto Santiago, pois na sua elocução, a par de agradecer o convênio e elogiar o trabalho do Prefeito de Chopinzinho, destacou a sua preocupação com os colonos da região que sofrerão com a inundação de suas propriedades.

Assim é que se conquista a liderança política e administrativa: lutando por aqueles que às vezes não têm poder de reivindicar.

E é isso que Jayme Canet Junior tem feito desde o primeiro dia de seu Governo. — (**Sem revisão do orador**).

O SR. PRESIDENTE (**Ivo Thomazoni**) — Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito no Grande Expediente, Sr. Deputado Luiz Alberto Oliveira. (Declina).

Concedo a palavra ao segundo orador inscrito, Sr. Deputado Deni Schwartz.

O SR. DENI SCHWARTZ — Pela ordem Sr. Presidente, eu consulto a Mesa, se é possível transferir para amanhã, a minha inscrição, na mesma ordem de hoje.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) A Presidência fica num impasse, Deputado.

Verificamos que, pelas inscrições, há 8 Srs. Deputados inscritos no Grande Expediente, que poderão declinar; se declinarem, naturalmente não teremos as mesmas inscrições.

O SR. DENI SCHWARTZ — Sr. Presidente, se eu declinar agora, não poderia eu, então, ser inscrito para amanhã após o Deputado Luiz Alberto Oliveira?

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) Se todos declinarem, a Presidência poderá se dar ao luxo de manter as mesmas inscrições, do contrário, a Presidência sente-se na obrigação de chamar, regimentalmente, todos os Deputados inscritos.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Pela ordem, Sr. Presidente, eu faria um apelo a V. Exa. e aos demais Deputados que mantivessem a inscrição para amanhã, concedendo ao Sr. Deputado Deni Schwartz também usar da palavra, provavelmente o assunto será o mesmo.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — A Presidência vai seguir o Regimento e vai consultando os Srs. Deputados. A Presidência para responder à questão de ordem de V. Exa., terá que, fatalmente, consultar os demais eminentes Deputados inscritos.

(O Sr. Presidente procede a chamada)

A Presidência mantém a mesma ordem de inscrição para a sessão de amanhã.

V. Exa. é o segundo orador inscrito, depois do Deputado Luiz Alberto de Oliveira; a não ser que V. Exa. queira falar na sessão de hoje.

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Deni Schwartz, no Grande Expediente.

O SR. DENI SCHWARTZ — Sr. Presidente, Srs. Deputados. Pensava em usar da palavra amanhã, mas como assunto de alta importância será tratado pelo Deputado Luiz Alberto de Oliveira, ouviremos com atenção, em data de amanhã, as suas palavras.

Inicialmente, para que não parem dúvidas sobre nossa intervenção, em aparte, sobre as realizações nos últimos 20 anos, gostaria de afirmar desta tribuna, que considero, pessoalmente, o grande autor, o grande nome na questão das estradas vicinais, uma pessoa, completamente esquecida na tarde de hoje por todos os oradores que daqui falaram.

Lembro, Sr. Presidente, que foi quando o ilustre Governador Parigot de Souza assumiu o Governo, com encargos seríssimos como a estrada de ferro central do Paraná, que se mudou praticamente toda a diretriz do Departamento de Estradas de Rodagem, da Secretaria de Transportes, e que foi nesse período que os primeiros projetos das estradas vicinais foram elaborados.

Os primeiros planos sobre estradas vicinais foram estudados e, principalmente, foi graças ao Governador Parigot de Souza, que hoje tem recebido críticas, como ainda hoje pela manhã, no encontro de dirigentes de cooperativas, onde se afirmou que nada teria sido feito, nesse período, foi graças, repito, a esse Governador que tivemos condições para, inclusive, nós da Oposição, votar favoravelmente a empréstimos trazidos ao Paraná para construção dessas estradas, pois foi no Governo daquele ilustre morto, que a capacidade de endividamento do Estado se tornou possível.

E, por isso, rendo, neste momento, a minha homenagem pessoal àquele que, durante os debates, foi esquecido.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, pretendia falando, amanhã, apresentar um requerimento à Mesa e o farei após os feriados

da semana que vem, reiterando uma proposição para que esta Casa se manifeste a respeito de um produto de alta importância do nosso estado, a soja, da qual passamos durante uma semana, a ouvir falar.

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Em primeiro lugar, quero trazer o testemunho a esta Casa, do grandioso trabalho feito pela Comissão que presidiu os trabalhos do II SIMPÓSIO NACIONAL DO SOJA, realmente trazendo ao Paraná políticos, técnicos e empresários de todo o Brasil.

Indiscutivelmente foi o grande momento vivido pelo Poder Legislativo deste Estado, nestes últimos anos.

Merece aquela Comissão, como merecemos acreditar, todo o Poder Legislativo Estadual, os parabéns, pois, realmente foi um momento em que o político paranaense se fez presente em setor altamente importante da nossa economia.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, a par da excelente organização, tivemos a constatação infeliz da situação em que se encontra o político brasileiro nos dias que correm.

Tive e somente a boa educação que pretendo ter, fez com que me calasse quando fui por um dos líderes de uma multinacional, contestado, por apresentar naquele Simpósio, uma proposição que para ele parecia ser política.

A palavra política parecia para aquele cidadão e para inclusive, alguns mais que participavam daquela Comissão, como uma palavra leprosa.

Disse-me ele ao contestar a minha proposição: Pensei que aqui tinha vindo para discutir assuntos técnicos e não assuntos políticos.

E só a minha boa educação que pretendo ter, repito, impediu-me de responder àquele cidadão, que ele deveria se alfabetizar e ler que a promoção do II Simpósio Nacional do Soja estava sendo feita por uma Casa eminentemente política, que é a nossa Assembléia.

Vejam Srs. Deputados, a quantas chegamos.

Um Deputado, num Simpósio promovido pela sua Casa, se vê contestado em sua tese simples e puramente por ser uma tese para ele, política.

Mas, Srs. Deputados, no que consistia a proposição deste Deputado, altamente polêmica, diga-se de passagem, mas dentro de um espírito de liberdade que devemos ter ao apresentar nossas soluções.

Pretendíamos na nossa proposição, que o Banco do Brasil monopolizasse a comercialização do soja; fixasse seus preços e à maneira do que se faz com o trigo, adquirisse e comercializasse toda a safra brasileira. Quais as razões que apresentávamos na oportunidade?

Em primeiro lugar, Srs. Deputados, nos alinhamos com aqueles que veem o nosso Governo sem poder de barganha, a nível internacional. A nossa dívida de trinta bilhões de dólares nos impede, que tenhamos no mercado internacional o poder de barganha. Já no ano de 1976 o Governo adotava uma tática para tirar dos galpões, dos silos e dos armazéns do colono ou dos pequenos intermediários, o soja que lá estava depositada para poder pagar a nossa dívida externa, quando estabeleceu até o dia 30 de junho um incentivo de ICM, que consistia na redução de 50 por cento do mesmo. O nosso colono, imediatamente, para aproveitar o incentivo, levou ao comércio o seu produto, para logo depois, em julho, assistir o produto alcançar preço altíssimo.

Este ano, o Governo se fez valer do confisco do qual todos são conhecedores. Por isso, afirmávamos e afirmamos, não tem o Governo brasileiro, poder de barganha e por isso,

deveria assumir os riscos da comercialização.

Em segundo lugar, como justificativa:

Não acreditamos que neste caso esteja existindo livre mercado.

Está aí o eminente Vice-Presidente da ARENA Dr. Mário Stadler de Souza, a afirmar na CPI sobre a Economia Paranaense, que realmente, o soja não é vendido, não é comercializado sob o signo da livre iniciativa, do livre comércio, do livre mercado.

O uso do sub-faturamento pelas multinacionais, o controle inclusive, da Bolsa de Chicago, não permite esse livre mercado. Não se trata naturalmente, de produto como o café; não se trata naturalmente, de produto carente no mercado internacional, daí seu controle quase exclusivo pelas multinacionais.

Esta Proposição, Srs. Deputados, nos ensinou, quando foi debatida na Comissão de Comercialização, coisas extraordinárias. E se não aprovada foi, teve o mérito de nos ensinar particularmente, uma grande lição, pois enquanto dirigentes de pequenas cooperativas, enquanto produtores mesmo, enquanto os técnicos pagos pelo Governo, debatiam exaustivamente problemas técnicos, procurando melhorar a produtividade e louve-se aí, o alto gabarito técnico do Simpósio, em outra sala; homens bem barbeados, engravatados, mãos sem calos se reuniam na sala de Comissão de Comercialização; homens, representantes das grandes multinacionais; homens representantes de uma, é bom que se diga, de uma nova classe que está se criando neste País, muito bem classificada, pelo eminente Deputado Federal pelo Rio Grande do Sul, João Gilberto — a casta, da "burguesia das cooperativas". Homens que nunca produziram, mas que estão a usufruir do trabalho das pequenas cooperativas e, em última análise, do trabalho de todo o trabalhador rural.

Se formam novas associações, novas centrais, a uma verdadeira técnico-burocrata do cooperativismo está se estabelecendo, e lá no alto, se encontram com os legítimos representantes das multinacionais, alguns camuflados como ocorreu neste Simpósio, como assessores de consultorias, assessores de escritórios de Planejamento.

O economês, foi o linguajar mais usado. E o que ocorreu com esta reunião de técnico-burocratas das cooperativas e de dirigentes das multinacionais? Enquanto o produtor de fato, discutia problemas altamente técnicos, no setor de comercialização, saíam as grandes decisões do Simpósio. 37, no seu total.

O Sr. Fidelcino Tolentino — Deputado Deni Schwartz, V. Exa. me concede um aparte após o seu raciocínio.

O SR. DENI SCHWARTZ — Eu concederei logo a seguir.

37 conclusões. Conclusões que deveriam ser exaustivamente estudadas pelos Deputados da Situação e da Oposição. Porque como já disse, não existe Oposição ao Brasil, existe oposição ao Governo. Conclusões, das 37, quase todas voltadas a pedir alguma coisa do Governo, praticamente nenhuma a oferecer alguma coisa ao Governo. E quem vos fala é um homem da Oposição. Por isto declaramos aos jornais na oportunidade, que vimos distorcidas as conclusões do Simpósio.

Vejam os Senhores, nenhuma conclusão do Simpósio falou do grave problema que o soja está trazendo no setor social. Estão aí as favelas de Curitiba. E eu, juntamente com outros Deputados, tive oportunidade de visitar uma delas. Cem por cento, não 99, 100 por cento daqueles moradores daquelas favelas, oriundos do Norte, do Centro e do Sul do Paraná vieram para esta cidade há menos de dois anos, todos do meio rural daqueles municípios. Não se concluiu nada sobre a parte social, dos efeitos sociais da plantação do soja.

Concedo o aparte ao Deputado Fidelcino Tolentino.

O Sr. Fidelcino Tolentino — Deputado Deni Schwartz, quero me esforçar para poder ao menos, dar uma contribuição neste modesto aparte que propus oferecer a V. Exa. e agradeço a

sua generosidade para dar ensejo, mais uma vez, de enfatizar que eu também já tenho proclamando, inclusive desta tribuna, que sou partidário de que haja uma racionalização na política de atuação do Governo, principalmente na comercialização do soja, seja através do Banco do Brasil ou de outro organismo que se procura instituir para tratar deste momentoso assunto de fronteiras econômicas e sociais.

Realmente, me penitencio por ter me afastado deste Simpósio, por motivo de doença dos meus dois proenitores que ainda estão de cama. E penso que realmente se debateu, e eu pude acompanhar, conversar, ler, a respeito dos temas que iam se desenrolando. Evidentemente que as multinacionais que se fizeram presentes e que inclusive ajudaram nas despesas para a consecução dos objetivos do Simpósio; que elas tenham se debatido, evidentemente, para canalizar no aspecto que mais lhe conviria. Evidentemente que caberia à classe política o conduzimento da coisa para uma racionalização de comportamento do próprio Simpósio. Buscando um equilíbrio entre o problema de ordem econômica e o problema de ordem social, intermediando os aspectos de comercialização e industrialização do soja.

A parte social das rendas, da produtividade, pertenceria à classe política equacionar. Eu acho que bem define V. Exa. este aspecto porque as multinacionais de uma forma mais acentuada, só têm interesse na mão de obra oferecida pelo trabalhador, na medida em que esta mão de obra lhe seja instrumento de lucro. E é justamente um aspecto que o governo não está enxergando. Fala-se muito do equacionamento econômico da alta de produtividade. Mas sem vislumbrar as consequências dos grandes latifúndios, das grandes empresas agrícolas e daquelas que militam no campo da agricultura, sobretudo. E é lamentável que o Governo esteja enxergando este aspecto de distorção que cria uma fissura, um distanciamento nos homens que convivem nesta sociedade tão discutida, a sociedade de consumo.

Parabenizo-me nobre Deputado, com a sua preocupação e com o assunto que V. Exa. traz para essa tribuna, que tem sido objeto de muitas críticas; mas críticas baseadas em fundamentos lógicos, que a oposição tem trazido a esta Casa. E que no segundo Simpósio deveria ter sido objeto de uma preocupação maior. Os efeitos dos fatores econômicos. Os efeitos sociais da ordem ou desordem econômica.

Muito obrigado, Deputado.

O SR. DENI SCHWARTZ — Srs. Deputados, Sr. Deputado Fidelcino Tolentino.

Está a própria Igreja preocupada com o problema social, que na nossa região foi trazido pelo soja. Está em meu gabinete, o longo depoimento do Bispo de Palmas, D. Agostinho Sartori, no Congresso Nacional, na CPI que investiga problemas relacionados com a terra. E está lá também o depoimento de um pastor, GERNOTE G. KIRINUS, mostrando as graves consequências para a nossa região, no setor social, da implantação do soja.

Infelizmente tal maneira de ver as coisas não foi levada ao Simpósio, talvez porque os tecnocratas, considerassem altamente teses políticas; que na verdade, sendo teses políticas, deveriam estar em primeiro lugar.

O Sr. Gilberto Carvalho — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Nobre Deputado, V. Exa. faz um pronunciamento nesta tarde com completa isenção de ânimo, sem uma demonstração de cor partidária; arenista ou emedebista. Fala uma realidade. Este Simpósio; eu compareci na abertura e não participei de mais nada. Não participei porque sei que o domínio seria dos poderosos. Quando se fala no fator social, no desenvolvimento e no agricultor eu vejo com tristeza na minha região, quando se procura a valorização das cooperativas, mas fechando um poderio econômico, quase que equivalente às multinacionais, em prejuízo do agricultor.

Na minha cidade, a comarca especificamente de Jandáia

do Sul, existia lá uma cooperativa, Cooperativa dos Cafeicultores; mas o café é um produto fácil de comercializar e que não depende de muito armazenamento.

Essa cooperativa teve dificuldade por falta de uma agência do Banco do Brasil, na época. Hoje, tentamos reativar a Cooperativa existente, com diretoria, tudo em ordem, passamos pelo INCRA, mas fomos impedidos, hoje, que precisava para dar sustentação à grande produção de soja que existe naquela região. Fomos impedidos porque a OCEPAR criou uma área de ação, dividindo o Estado em várias cooperativas, não permitindo que nenhuma mais se crie no Estado do Paraná.

E o que estamos vendo, naquela região, é o abuso da cooperativa existente, abuso junto ao agricultor e os grandes expurgos porque está passando o agricultor.

Queríamos a reativação da cooperativa e o resultado com isso. E quando soube que iria se realizar o Simpósio, inclusive, com a participação financeira de vários setores públicos e particulares, achei por bem me afastar. Porque, o fator principal que é o homem, o agricultor, fica em segundo plano.

Quero cumprimentar a V. Exa. pelo pronunciamento que faz, nesta tarde.

O SR. DENI SCHWARTZ — Agradeço, nobre Deputado Gilberto Carvalho, reafirmando o que já disse, e muito bem disse, durante o Simpósio, o Deputado João Gilberto: o problema da criação de uma burguesia que está envolvendo o movimento cooperativista.

Realmente, deve preocupar os políticos esse envolvimento que desvirtuará, indiscutivelmente, todo o movimento cooperativista.

Mas, para finalizar, queria, talvez até certo ponto, contestando de leve, as palavras do Deputado Gilberto Carvalho, dizer que a Comissão Organizadora desse conclave, teve um mérito extraordinário, ao convidar políticos para serem ouvidos nesse Simpósio. Estiveram presentes dois governadores, o nosso e o do Rio Grande do Sul. Esteve presente um Ministro, que embora sendo um técnico, nesse momento, está investido de uma função política. Estiveram presentes dois Deputados Federais, ilustres, um da ARENA e outro do M.D.B.

É impressionante que, se analisássemos as afirmações de todos esses políticos, veríamos, no fundo, que todos estaríamos concordes de que o Governo, através do Banco do Brasil, ou outra organização, viesse participar mais ativamente nesse setor. Por isso, Srs. Deputados, acreditamos de uma grande valia; e pessoalmente foi uma verdadeira escola para mim, a participação nesse Simpósio. Aprendi muito, aprendi a me orgulhar, também, apesar de ser verdadeiramente massacrado na Comissão de Comercialização, aprendi a me orgulhar de ser político.

O Sr. Lázaro Dumont — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Nobre Deputado, ouvi com atenção o pronunciamento de V. Exa. e os apartes. Gostaria de informar o seguinte: o dia em que a Assembléia Legislativa do Paraná for promover outro Simpósio, seria aconselhável que, quando da promoção desse Simpósio, a própria Assembléia ouvisse a comissão promotora do conclave e verificasse em quanto ficaria essa promoção, e efetivamente, a Assembléia promovesse.

Porque, nobre Deputado, nunca pedi tanto em minha vida como quando da apresentação desse Simpósio. Pedi tanto que só não deixei, inclusive, como se diz na gíria, a peteca cair, porque outros companheiros estavam ao nosso lado auxiliando nessa caminhada. Foi difícil. Visitamos uma porção de empresas solicitando ajuda, basta dizer que de algumas não recebemos até hoje, está creditado só. Fizemos o elogio mas ainda não recebemos. E o que V. Exa. diz, realmente, no aspecto social, a única proposição de caráter social que apareceu no Simpósio, foi apresentada pela Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Paraná. Somente.

Enquanto a Assembléia Legislativa do Paraná, promotora do Simpósio, apresentou 3 trabalhos, a Assembléia de Goiás,

apresentou 16 trabalhos. Enquanto nós participamos em 7, 8 Deputados, dentro do Simpósio, vieram quase 30 Deputados de fora, mais preocupados com o problema do soja, inclusive, do Paraná, do que da própria Assembléia Legislativa do Paraná.

O esforço que foi feito, o trabalho que foi feito, se determinados Deputados vierem a pichar o trabalho dessa Comissão, eu pergunto aqui — por que que não foi defender o trabalhador, o produtor, o homem que cultiva o soja, numa melhor política dentro do Simpósio, que era a oportunidade que teria de se fazê-la. O Simpósio deu esta oportunidade a todos os Deputados e a todos aqueles que, realmente, tiveram interesse pelo soja. Se nós, ou se V. Exa. teve uma proposição, uma tese, de alto valor social inclusive, derrubada por representantes de outras empresas que não tinham interesse que ela fosse aprovada, a culpa, talvez, tenha sido nossa que em número tão inferior fomos para essa Comissão, V. Exa., como V. Exa. que foi, praticamente, o único Deputado a comparecer em todas as discussões na Comissão de Comercialização, talvez, a mais importante de todo Simpósio, basta que, foi a Comissão que conseguiu maior número de inscitos.

Por outro lado, queremos afirmar aqui — quando se preparava esse Simpósio e se buscava, inclusive, trabalhos para serem apresentados, nós tivemos que pedir muito a determinados órgãos do Estado do Paraná e a determinados colegas nossos, inclusive até para V. Exa., para que apresentasse trabalho, no Simpósio, para que esta Casa, promotora do Simpósio, não ficasse de mãos abanando, em comparação com outras Assembléias de outros Estados que, antecipadamente, mostraram seu interesse, a sua participação, muito mais do que nossos Deputados do Estado do Paraná,

Muito obrigado.

O Sr. Gabriel Manoel — V. Exa. permite um aparte? (Tímpanos)
O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — A Presidência lamenta informar V. Exa. que o tempo de V. Exa. já se esgotou e concedo algum tempo para concluir.

O SR. DENI SCHWARTZ — Lamento não poder conceder o aparte ao ilustre Deputado Gabriel Manoel e quero afirmar aos Srs. Deputados que a nossa vinda a esta tribuna deve ser tida como uma justificativa para requerimento que faremos oportunamente, para que esta Casa se manifeste em favor de nossa proposição se assim achar conveniente.

Finalizo, Sr. Presidente, Srs. Deputados, reafirmando o que disse inicialmente — esta promoção enobrecerá esta Casa; ensinou-nos muito.

Está de parabéns a Assembléia Legislativa do Paraná, estão de parabéns os membros da Comissão organizadora, que elevaram, bem alto, o nome desta Casa.

Muito obrigado. (Com revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — No horário reservado ao M.D.B., concedo a palavra ao Sr. Deputado Edilson Alencar.

O SR. EDILSON ALENCAR — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

A minha presença na tribuna nesta tarde, tem por finalidade comentar uma situação irregular que vem ocorrendo no interior de nosso Estado. Temos conhecimento que diversas municipalidades vem cobrando, através de seus códigos tributários, em flagrante desrespeito às normas constitucionais vigentes, a taxa de conservação de Estradas de Rodagem, baseadas em idênticos cálculos aos atribuídos ao imposto territorial rural.

Em nossas viagens pelo interior, constantemente sentimos a revolta dos proprietários rurais, que se veem obrigados ao pagamento, quase sempre em proporções elevadas da TAXA DE CONSERVAÇÃO DE ESTRADAS DE RODAGEM.

Não é de hoje, que o Supremo Tribunal Federal de nosso país, tem declarado a inconstitucionalidade de inúmeras leis municipais que tendem a taxar com base em cálculos proporcionais aos da área de propriedade rural a taxa de CONSERVA-

ÇÃO DE ESTRADAS DE RODAGEM.

A Súmula do Supremo Tribunal Federal, de 5 de janeiro de 1977 que tomou o número 595, assim se expressa:

"É INCONSTITUCIONAL A TAXA MUNICIPAL DE CONSERVAÇÃO DE ESTRADAS DE RODAGEM, CUJA BASE DE CÁLCULO SEJA IDÊNTICO A DO IMPOSTO TERRITORIAL RURAL".

Com base nesta súmula, inúmeras leis municipais não só do nosso Estado, como dos demais Estados da Federação, têm sido declaradas inconstitucionais.

Para ilustrar o nosso modesto pronunciamento podemos citar:

"Acórdão unânime do Tribunal Pleno publicado em 12 de novembro de 1975 — Recurso no. 80.470 — Paraná — Relator Ministro Cunha Peixoto — declarando inconstitucional a taxa de conservação de estradas de rodagem cobrada pela Prefeitura Municipal de Florestópolis — A Emenda do acórdão está assim enunciada: "Em face do disposto no art. 18, § 2o., da Constituição Federal, na redação que lhe foi dada pela Emenda no. 1, de 1.969, é **inconstitucional a taxa municipal de conservação de estradas**, que tem como fato gerador o uso potencial pelos proprietários de imóveis rurais, de estradas conservadas pelo município, tomando por base o cálculo a que serviu a incidência do imposto territorial rural".

"Acórdão unânime do Tribunal Pleno, de 24 de outubro de 1974, Recurso no. 69.175-Sp., ofende o art. 18, § 2o. da Emenda Constitucional no. 1, de 1969, e a regra do art. 77, § único do código Tributário Nacional, a taxa de conservação de estradas de rodagem, criada pelo código Tributário Municipal de Valparaíso, São Paulo, devida pelos proprietários ou possuidores, a qualquer título, de imóveis rurais, beneficiados direta ou indiretamente, por serviços destinados à conservação de rodovias municipais, taxa que incide, na realidade, sobre a propriedade rural cuja tributação é da competência da União Federal.

Tais decisões, não são do desconhecimento público, muito menos dos administradores municipais.

Mas mesmo assim inúmeras prefeituras municipais vêm aplicando em seus códigos tributários, a incidência da Taxa de Conservação de Estradas de Rodagem, com base a proporcionalidade das áreas das propriedades rurais e insistindo na sua cobrança.

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Este é o caso que vem ocorrendo com a Prefeitura Municipal de Formosa do Oeste, que através da Lei Municipal no. 138/76, de 20 de setembro de 1976, instituiu o Código Tributário Municipal. No Art. 70 da citada Lei, inciso VI, estabelece a taxa de Conservação de Estradas de Rodagem, cujos cálculos são feitos de acordo com a Tabela II — Ítem VI, que determina ser a taxa única de Conservação de Estradas de Rodagem, cobrada anualmente, através do roteiro do valor em cruzeiros, apurado em balanço das despesas efetivamente gastas no Serviço Rodoviário Municipal, no exercício anterior, rateado entre as propriedades rurais, proporcionalmente à sua área, obedecida a escala progressiva que estabelece.

Como se pode atinar, pela redação dada ao critério estabelecido para a cobrança da taxa, tal incidência tem por base o mesmo cálculo do imposto territorial rural, ou seja a proporcionalidade da área, sem distinção aos benefícios que a propriedade recebe, nem a extensão da faixa de estrada que porventura atinja a propriedade.

É portanto inconstitucional o art. da Lei Municipal de Formosa do Oeste, que estabelece o percentual da taxa de conservação de estradas de rodagem, pois fere frontalmente, o § 2o. do Art. 18 da Constituição Federal, que através da Emenda no. 1 de 17/10/69 estabelece que **"para a cobrança**

de taxas não se poderá tomar como base de cálculos a que tenha servido para a incidência dos impostos".

Tal situação que ocorrendo no Município de Formosa do Oeste, por si só não apresenta conotações que possam traduzir a gravidade da situação.

O que nos fez protestar com veemência, vem ser o descaso com que a autoridade municipal vem dando ao problema em flagrante desrespeito ao compromisso assumido quando de sua posse no mais alto cargo daquela Municipalidade, prometendo solenemente defender e cumprir a Constituição Federal e Constituição Estadual, observar as leis e promover o bem geral do Município.

Tivemos conhecimento de vários proprietários rurais ao reclamarem sobre a incidência da famigerada taxa de conservação de estradas de rodagem, junto à Prefeitura Municipal de Formosa do Oeste, receberam como resposta de que impetrassem Mandado de Segurança para que através do mesmo obtivessem a declaração da sua ilegalidade, pois aquela municipalidade dava o tributo por legal com base em decisões do Tribunal de Alçada do Estado de São Paulo.

Ora, Sr. Presidente, Srs. Deputados, como pode um administrador municipal se basear em decisões de um Tribunal de Alçada, quando o Supremo Tribunal Federal, já tem doutrina formada sobre a questão? Este...

O Sr. Fidelcino Tolentino — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Deputado Edilson Alencar, a preocupação de V. Exa., é plenamente procedente, tanto no seu aspecto jurídico, como no aspecto administrativo e moral.

E esta taxa que se pretende e se esteja cobrando em Formosa, já foi objeto de decisões inclusive, do Tribunal do Paraná, relativamente, ao caso de Matelândia e por uma assessoria do Palácio, uma pessoa de Cascavel, conversávamos certa ocasião, que inclusive o próprio Governador, já ganhou uma ação desta natureza perante o Tribunal de Justiça, numa Prefeitura do Norte do Paraná, se não me engano até é Bela Vista.

E esse Deputado, é uma situação que cria um clamor porque o agricultor já sofre tantos reparos seja, da natureza, seja da administração pública, principalmente, da Federal, vem agora sofrer este constrangimento ilegal e até mais do que isso, e moral.

Isso não se pode permitir tanto mais, que a notícia que tivemos, é de que o Prefeito pretende cobrar cerca de 300 cruzeiros por alqueire a este título.

E este debate já se levantou em Cascavel várias oportunidades, das quais, algumas eu tive parte, inclusive, quando era Prefeito Otacílio Mion, e que não triunfou e não pode triunfar.

E V. Exa., não sei qual a orientação que está dando para o contribuinte de Formosa do Oeste, mas, a sugestão que eu ofereço a V. Exa., não haveria de ser outra, de que eles devem entrar com um mandato de segurança para botar por terra esta pretensão injusta deste Prefeito, aliás, eles deveriam seguir o exemplo de outros prefeitos que pretendendo a mesma cobrança, esbarraram nos preceitos legais que impediam uma absurda cobrança, uma absurda taxação a esse título.

E é preciso que se levante mesmo, as vozes, porque eu acho que a Assembléia é competente para questionar os problemas, como V. Exa. faz.

E é preciso e até faço um apelo daqui, para que a imprensa transmita ao conhecimento popular inclusive, dos Prefeitos, essas observações desses arestos que V. Exa. traz à colação do seu pronunciamento.

Congratulo-me, parabenizando-me com V. Exa. e acho que é oportuno que os Prefeitos deste Estado principalmente, tenham mais acuidade com o conduzimento da coisa pública, e não sacrifiquem o contribuinte que já está sendo espoliado

indiretamente pelo centralismo do Governo Federal. Se o Governo Federal não cumpre as obrigações, não repassa as quantidades ou as quantias, ou as importâncias financeiras para os municípios, agilizar os seus objetivos viários, adequar os seus projetos de integração do município, isso é outro problema, é problema de incapacidade administrativa. Ou por falta de inteligência do homem que foi colocado na administração pública.

Ele precisa se instrumentar e buscar recursos na área federal, através da área estadual ou até juntamente com a área estadual. E sempre esta Assembléia aprova, os programas do Governo do Estado, os convênios, digo melhor, com as Prefeituras para agilizar este setor viário e não seria agora que o Prefeito de Formosa do Oeste venha querendo cobrar os preceitos da lei e os bons costumes administrativos. Parabéns e muito obrigado, Deputado.

O SR. EDILSON ALENCAR — Eu agradeço o aparte de V. Exa.
O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) A Presidência lamenta informar que o tempo que V. Exa. dispunha já se esgotou e lhe concede tempo para concluir.

O Sr. Werner Wanderer — Deputado Edilson, só um minuto de aparte. (Assentimento)

Eu represento o Município de Formosa do Oeste e V. Exa. deve estar enganado, não é taxa e sim contribuição de melhoria. Tem uma diferença muito grande entre taxa e contribuição de melhoria.

O SR. EDILSON ALENCAR — Tenho em mãos aqui, Deputado, o Código Tributário do Município de Formosa do Oeste. E aqui está Taxa de Conservação de Estradas de Rodagem. Leio para V. Exa.:

"Taxa única.— rateio do valor em cruzeiros apurado em balanço das despesas efetivamente gastas em serviço rodoviário municipal no exercício imediatamente anterior rateado entre as propriedades rurais proporcionalmente, a sua área, obedecida a seguinte escala progressiva: 77, 30 por cento. 78, 50 por cento. 79, 75 por cento e 80 e subsequentes, 100 por cento. "É, realmente, a municipalidade de Formosa do Oeste está ferindo os preceitos legais. Acredito ser um engodo com que aquela municipalidade vem tentando induzir os contribuintes ao pagamento daquela taxa para, desta forma ilegal, aumentar as rendas municipais. Tais artimanhas não podem, e nem devem ser mais admitidas na administração pública. Daí a nossa denúncia dos fatos irregulares que vêm ocorrendo em Formosa do Oeste. Talvez em outros municípios deste Estado, onde Prefeituras Municipais, na ganância de maiores tributos, vêm desrespeitando e traindo compromissos assumidos quando de sua investidura, de respeito às Leis e à promoção do bem comum.

Era isto, Sr. Presidente.— (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — Consulto o Sr. Deputado Luiz Roberto Soares se regimentalmente usará o tempo reservado à Arena.

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — Usará o tempo reservado à Arena o Sr. Deputado Ezequias Losso.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) Concedo a palavra ao Sr. Deputado Ezequias Losso.

O SR. EZEQUIAS LOSSO — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Na manhã de hoje, o Reitor da Universidade Federal do Paraná, Professor Theodócio Jorge Atherino, transmitiu o cargo ao vice-Reitor, Professor Ocyron Cunha.

No decorrer de sua gestão, notável progresso se verificou naquela Casa do saber, oferecendo excelentes condições para o aprendizado. Outrossim, o Professor Theodócio, com invulgar atenção aos interesses coletivos, abriu as portas da Universidade, para a solução de inúmeros problemas sociais.

Assim, quando este Deputado presidiu a Comissão Parlamentar de Inquérito instalada na Câmara Municipal de Curitiba, para apurar denúncias então formuladas contra a Companhia de Urbanização de Curitiba, teve do Reitor Theodócio Jorge

Atherino, o apoio necessário à realização dos trabalhos, quando contou a referida comissão com a participação de professores altamente qualificados, especialmente designados por aquela autoridade, sem ônus para os cofres do município.

Daí, o requerimento que se encontra sobre a mesa no sentido de ser consignado na ata dos trabalhos de hoje um voto de congratulações ao Professor Theodócio Jorge Atherino, pelo seu excelente desempenho na liderança da Universidade Federal do Paraná.

Por outro lado, Sr. Presidente, Srs. Deputados, no final da última semana, estivemos em alguns municípios do noroeste do Estado, mantendo contactos com operosos representantes dos que atuam na produção de bens e de serviços, especialmente do setor primário.

Estas entrevistas nos possibilitaram fazer uma rápida avaliação da atual fase de desenvolvimento daquela importante região do nosso Estado, que durante muito tempo, diga-se de passagem, esteve relegada a um plano secundário.

Hoje a Rêde viária melhorada, permitindo o escoamento das safras agrícolas; o elevado número de salas de aula, oferecendo condições de formação profissional e cultural a milhares de crianças e jovens. Os órgãos da Saúde Pública e da Segurança Pública, atuando eficientemente no seu mister; o combate à erosão; sendo realizado com celeridade. A implantação a ampliação da rêde de água, a eletrificação rural; enfim, a série de realização que se vê, demonstram estarmos realmente em um tempo novo.

O Governador Jayme Canet Junior, efetivamente tem se mostrada sensível às aspirações do povo paranaense, que com invulgar entusiasmo lhe tributa verdadeira consagração, quando comparece para entregar novas obras em quase todos os municípios do Estado. Com satisfação, destacamos, desta tribuna, o atendimento de mais uma importante reivindicação de dois municípios do noroeste: a pavimentação da ligação entre o distrito de Cafezal do Município de Iporã, e Pérola, beneficiando ainda o Município de Umuarama.

Na oportunidade em que o Sr. Governador do Estado em companhia do Secretário dos Transportes, Dr. Osiris Sthenguel Guimarães, no último dia 22 entregou mais esta importante estrada, pudemos notar as mais eloquentes expressões de reconhecimento, não apenas nas autoridades representativas daqueles municípios, mas também, dos agricultores dos pecuaristas, dos comerciantes, dos industriais, bem como do homem simples e humilde, que tem assegurado, até mesmo, o abastecimento pelas condições de trânsito de veículos transportadores do progresso, em épocas de sol ou de chuva.

Mas, não apenas essa via que beneficia o Município de Iporã, merece especial atenção do Governo do Estado. Além do acesso, à sede do Município, inaugurado durante as festividades do seu 16o. aniversário, já está em fase final o capeamento da ligação Iporã-Umuarama que há alguns anos estava sendo usada sem estar concluída, resultando daí dezenas de acidentes.

O Sr. Ernesto Gnoato — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento)
Nobre Deputado, V. Exa. traduz o pensamento daquele grande povo do Município de Iporã.

Iporã receberá, pela terceira vez, a visita de S. Exa. o Sr. Governador do Estado.

Iporã recebeu deste Governo um ginásio de 16 salas na sede do município.

O Governo construiu, para o distrito de Cafezal, um ginásio com 8 salas, doou um mono-canal.

O Governador deu para Iporã 2 km de acesso.

S. Exa. voltou pela segunda vez ao meu município, inaugurando 22 km de estradas, ligando Cafezal a Pérola.

Não poderíamos, de forma nenhuma, deixar de apartear-lo, nobre Deputado, porque este Governo vai pela terceira vez

a Iporã, dia 31, para inaugurar mais 54 km de estradas, ligando Francisco Alves à Guaíra.

Peço ao nobre Deputado Líder do Governo, para que o Governador leve à Guaíra uma das maiores aspirações daquela população: o nome do futuro prefeito da cidade.

Nobre Deputado Ezequias Losso, falou-se aqui de asfalto "casca-de-ovo".

O MDB, que é meu Partido, deu a maior degola para seus filiados, porque na "casca-de-ovo" deste Paraná, viajam arenistas e emedebistas.

Digo a V. Exa., Deputado Ezequias Losso, que o Deputado Nilso Sguarezi que falou em "casca-de-ovo" deve pedir ao Governo do Estado do Paraná que pinte o asfalto negro de vermelho.

Era este o meu aparte.

O SR. EZEQUIAS LOSSO — Realmente, o Sr. Presidente, Srs. Deputados, como muito bem lembrou o nobre Deputado Ernesto Gnoato, o município de Iporã, assim como outros municípios do Noroeste do Paraná e de outras regiões, têm efetivamente, recebido benefícios inúmeros que têm proporcionado condições de desenvolvimento ao nosso Estado, situando-o em posição privilegiada no cenário nacional.

A pavimentação do trecho Iporã-Umuarama, a que fez referência o nobre Deputado Ernesto Gnoato, também já está concluído, devendo, na próxima semana, constar oficialmente, da relação das rodovias que apresentam condições ideais de trânsito, em concreto asfáltico de primeira qualidade.

Portanto, é uma injustiça dizer que o Governo não procura adotar o território do Estado de rodovias adequadas para escoamento da produção.

Constrói-se rodovias com asfalto de maior base quando o trânsito for intenso.

Constroi-se rodovias mais econômicas, que evitem onerar demasiadamente os contribuintes, para as regiões em que essas resolvam os problemas que se apresenta.

O Sr. Gabriel Manoel — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento) Satisfeitos ficamos, nobre Deputado, quando ouvimos o pronunciamento de V. Exa. quando toca na parte sensível do problema viário do Paraná.

Vemos que V. Exa., conhecedor da situação e da região fértil de nosso Estado. Queremos nos congratular com V. Exa. e com nossa bancada.

Vemos em V. Exa., um lúcido defensor do povo porque vemos, neste instante em que V. Exa. assume a tribuna para lutar, para debater, para orientar os menos esclarecidos, sobre o problema do asfalto das estradas paranaenses, estradas deste grande Estado que está fadado a ser o primeiro Estado da constelação, no concerto de nosso querido Brasil.

Os nossos parabéns. Que todos os parlamentares, espalhados neste exemplo, lutem com um só pensamento, voltado para o bem estar de nossa terra e de nossa gente, principalmente, sem demagogia, Deputado, ao lado dos humildes, que não querem saber se o asfalto vem do MDB, vem da ARENA ou, venha de onde vier. O que eles querem é apenas o escoamento de suas safras, para que não fiquem, como ficavam antigamente, à mercê do tempo — quando chovia era a lama, quando fazia sol, era a poeira.

Então, Sr. Deputado, os nossos parabéns quando V. Exa. defende a tese do povo, a tese dos humildes e a tese dos cristãos.

O SR. EZEQUIAS LOSSO — Agradeço o aparte do Deputado Gabriel Manoel, que vem enriquecer o nosso pronunciamento, e, de maneira especial, as referências que faz à nossa pessoa.

O Sr. Lúcio Machado — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento)

Nobre Deputado, é uma oportunidade extraordinária para analisar através do seu pronunciamento, o procedimento da bancada do MDB, com referência à pavimentação asfáltica que vem fazendo o Sr.

Governador, através da Secretaria dos Transportes.

Nós nos criticamos, em absoluto, o trabalho do Sr. Governador, em promover asfaltamento de estradas no Paraná; o que nós temos criticado e não poderíamos esconder esta crítica porque é uma preocupação da representação da Oposição nesta Casa, é que, os serviços de asfaltamento caracterizam um grande prejuízo para este Estado, pela sua feitura. É o pior serviço que já se pode verificar em termos de asfalto, em todo este País. Há poucos dias eu denunciei, aqui, o caso do asfaltamento de Jacarezinho a Cambará, e solicitei, do Sr. Governador, o custo destas obras e outros detalhes. Verifiquei "in loco", na obra, que os serviços de terraplanagem os serviços de "greide" são, praticamente, bem feitos. Mas a pavimentação não é nada mais, nada menos, do que um desperdício de dinheiro. E V. Exa. e todos os Srs. Deputados que aqui estão, vão começar a verificar estas denúncias que fazemos nesta oportunidade, no ano que vem, porque, daqui a 10, ou 12 meses, estas estradas terão que manter uma conservação constante e diária.

Conseqüentemente, vai haver problema que o trânsito e problema de oneração financeira para o Estado.

Somente para situar a minha posição e a do nosso Partido:

Nós não somos contra feitura de pavimentação asfáltica, principalmente porque estamos vivendo no Século XX, na era da tecnologia; somos, sim, contra o tipo de asfalto que vem fazendo o Sr. Governador, para poder proceder a constantes promoções políticas, ainda mais que, estamos às vésperas de uma nova eleição.

O Sr. Luiz Roberto Soares — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). V. Exa. já disse praticamente tudo. Todavia, eu trago, mais como uma informação, a propósito deste assunto, um dado que me parece muito significativo.

Ainda que por hipótese, toda pavimentação realizada pelo Governo do Estado do Paraná fosse de péssima ou de má qualidade, ainda que por hipótese, porque assim não é, prova, todo o Paraná que conhece e constata, que trafega naquelas estradas, ainda que assim fosse, o prejuízo seria, infinitamente, inferior do que se não as tivesse e o Paraná não pudesse, em razão disso, dar escoamento a toda sua produção. Este dado é um dado elaborado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento, que é um dos financiadores das estradas alimentadoras do Paraná.

De maneira que eu acho que este assunto pode até ser resumido nesses termos. O que me parece o dado mais importante e significativo dessa polêmica, repito, se esta pavimentação fosse de péssima qualidade, o que não é, mas admitimos que fosse, ainda assim é altamente benéfico ao Estado do Paraná, porque se ela não tivesse sido realizada, este Estado estaria numa situação, infinitamente, pior em razão de não poder dar escoamento à sua notável produção, pois podemos informar, contribui com mais de 25 por cento de toda produção agrícola nacional.

Era m apenas alguns dados que queríamos acrescentar. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — A Presidência informa a V. Exa., eminente Deputado Ezequias Losso, que o tempo que dispunha já se esgotou e concedo o tempo para conclusão do discurso.

O SR. EZEQUIAS LOSSO — Agradecemos o esclarecedor aparte do Deputado Luiz Roberto Soares e finalizamos dizendo que nunca se investiu tanto na região de Iporã, como no atual Governo, mercê da operosidade e da visão da administração estadual, brilhantemente liderada pelo Governador Jayme Canet Junior.

Era só, Sr. Presidente. (Com revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

CRDEM DO DIA,

com a presença de 50 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Wilson Fortes, constante do expediente. Necesista de apoio-mento.— **Apoiado.** Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Paulo Camargo, constante do expediente. Necesista de apoio-mento.— **Apoiado.** Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 306/77, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, Mensagem no. 105/77, ex-Proposição no. 488/77 — aprova termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria dos Transportes e da Prefeitura Municipal de UMUARAMA, objetivando execução de serviços de pavimentação e obras complementares no Aeroporto de UMUARAMA. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C., por unanimidade.— **Aprovado, artigo por artigo.**

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 307/77, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, Mensagem no. 110/77, ex-Proposição no. 491/77, aprova termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, Secretaria de Estado do Interior, Superintendência do Controle da Erosão no Paraná e o Departamento Nacional de Obras e Saneamento, visando implantação do Programa Especial de Controle da Erosão no Noroeste do Paraná. Pareceres FAVORÁVEIS DA C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C., por unanimidade.— **Aprovado, artigo por artigo.**

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 308/77, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, Mensagem no. 111/77, ex-Proposição no. 492/77, aprova termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e a Prefeitura Municipal de PARANAGUÁ, objetivando reparos nos prédios do Instituto de Educação "DR. CAETANO MUNHOZ DA ROCHA" e do Colégio "JOSÉ BONIFÁCIO", daquele Município. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C., por unanimidade.— **Aprovado, artigo por artigo.**

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 347/77, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, Mensagem no. 87/77, ex-Proposição no. 466/77, aprova termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de SÃO SEBASTIÃO DA AMOREIRA, objetivando execução de reparos no prédio do Grupo Escolar Estadual Manoel Ribas. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.— **Aprovado, artigo por artigo.**

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 314/77, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, Mensagem no. 56/77, ex-Proposição no. 123/77, aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Educação e Cultura e o Município de CAMBARÁ, objetivando articulação entre o Governo da União, Estado e Município, visando melhoria da rede Municipal de ensino de 1o. grau. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.— **Aprovado.**

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 315/77, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, Mensagem no. 56/77, ex-Proposição no. 137/77, aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através

da Secretaria da Educação e Cultura e o Município de IBAITI, objetivando melhoria na rede Municipal de Ensino de 1o. grau. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.— **Aprovado.**

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 316/77, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, Mensagem no. 56/77, ex-Proposição no. 139/77, aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Educação e Cultura e o Município de IPORÁ, objetivando articulação entre o Governo da União Estado e Município, com vistas à melhoria da rede Municipal de Ensino de 1o. grau. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. **Aprovado.**

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 317/77, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, Mensagem no. 56/77, ex-Proposição no. 145/77, aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Educação e Cultura e o Município de MANDAGUARI, objetivando articulação entre o Governo da União, Estado e Município, com vistas à melhoria da rede Municipal de Ensino de 1o. grau. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.— **Aprovado.**

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 318/77, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, Mensagem no. 56/77, ex-Proposição no. 155/77, aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Educação e Cultura e o Município de ROLÂNDIA, objetivando articulação entre os Governos da União, Estado e Município, visando melhoria da rede Municipal de Ensino de 1o. grau. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.— **Aprovado.**

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 319/77, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, Mensagem no. 56/77, ex-Proposição no. 161/77, aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Educação e Cultura e o Município de UMUARAMA, objetivando articulação entre os Governos da União, Estado e Município, com vistas à melhoria da rede Municipal de Ensino de 1o. grau. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.— **Aprovado.**

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 323/77, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, Mensagem no. 50/77, ex-Proposição no. 209/77, aprova Acordo Plurianual celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Educação e Cultura, com o Município de TERRA ROXA DO OESTE, objetivando a implementação do Projeto LOGOS II — Habilitação de Professores não titulados na forma que especifica. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.— **Aprovado.**

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 324/77, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, Mensagem no. 50/77, ex-Proposição no. 210/77, aprova Acordo Plurianual celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Educação e Cultura e o Município de GUAÍRA, objetivando a implementação do Projeto LOGOS II — Habilitação de Professores não titulados, conforme específica. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.— **Aprovado.**

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 325/77, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, Mensagem no. 50/77, ex-Proposição no. 213/77, aprova Acordo Plurianual celebrado entre o Governo do Estado do Paraná,

através da Secretaria da Educação e Cultura, com o Município de LONDRINA, destinado a implementação do Projeto LOGOS II — Habilitação de Professores não titulados, conforme específica. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.— **Aprovado.**

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 326/77, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, ex-Proposição no. 221/77, Mensagem no. 50/77, aprova Acordo Plurianual celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Educação e Cultura, com o Município de APUCARANA, objetivando a implementação do Projeto LOGOS II — Habilitação de Professores não titulados, conforme específica. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.— **Aprovado.**

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do expediente, solicitando a suspensão das sessões dos dias 31 do corrente e 01 de novembro vindouros.— **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Valter Pietrângelo, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Sonojiro Yoshida, ocorrido na cidade de Maringá.— **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do expediente, solicitando regime de urgência para o Projeto de Resolução no. 313/77.— Em discussão.— Encerrada a discussão.— Em votação.

A Presidência consulta o Sr. Deputado Erondy Silvério, se S. Exa. podia esclarecer sobre a que se refere o Projeto de Resolução no. 313/77, para que o Plenário tenha conhecimento.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Sr. Presidente, V. Exa. me dá a oportunidade, mais uma vez, de esclarecer à Casa que o Projeto de Resolução que nós apresentamos, determinando a obrigatoriedade de submeter à apreciação do Plenário da Casa o Orçamento analítico do Poder Legislativo, é uma medida que visa, a meu ver, acima de tudo, o próprio resguardo da Comissão Executiva, que assim procedendo, estará a salvo de insinuações malévolas, como se fez aqui deste plenário e através de alguns órgãos de imprensa, que foram naturalmente uma caixa de ressonância, sobre os pronunciamentos que a esse respeito foram feitos nesta Casa.

O nosso Projeto de Resolução não visa pessoalmente a ninguém. Não visa também reduzir verbas de quem quer que seja. Não visa eliminar também verbas de assistência social, como se propalou aqui na Casa. O Projeto de Resolução tem apenas uma finalidade. É que toda a Casa fique suficientemente esclarecida de como são distribuídas as verbas do Poder Legislativo, e da forma como elas são aplicadas.

Porque o que ocorre, Sr. Presidente, nobres Srs. Deputados, é um fato muito curioso que vem se observando nesta Casa, há muitos anos já, e não imputando a atual Comissão Executiva as críticas que eu possa fazer a respeito.

Mas todos sabem do extraordinário surto de desenvolvimento que teve o Estado do Paraná, principalmente nestes últimos sete anos, de 70 para cá, ou mais especificamente a partir da crise econômica de 67 para cá. Com a abertura de novas rodovias, a participação do Estado cresceu assustadoramente e com ela a participação deste Legislativo na arrecadação do Estado.

Mas lamentavelmente este dinheiro não é bem aplicado, Sr. Presidente, porque a cada ano que cresce a dotação orçamentária em favor do Poder Legislativo, ela é em parte aplicada no aumento da frota de automóveis, na compra de aparelhos de ar condicionado, na compra de refrigeradores para os gabinetes dos Srs. Deputados, e outros supérfluos.

Sem que as Comissões Executivas se preocupem de

dotar esta Casa dos meios indispensáveis ao seu bom funcionamento, principalmente no que diz respeito ao seu corpo de funcionários. Hoje, se um Deputado quiser um assessor para, digamos, um assunto sobre energia nuclear, não tem ninguém na Casa que entenda do assunto, porque a Comissão, as Comissões Executivas jamais se preocuparam em determinar que servidores mais bem dotados intelectualmente desta Casa, possam frequentar cursos de especialização que viessem aprimorar os seus conhecimentos que viesse e redundar no final, em benefício do funcionamento desta Casa.

Então o nosso Projeto de Resolução visa num primeiro plano exatamente, este objetivo, é que parte das dotações destinadas ao Poder Legislativo, sejam aplicadas na melhoria do funcionamento deste Poder. O nosso projeto não tem nada de pessoal contra ninguém. E nós estamos pedindo regime de urgência através deste requerimento, que se ele não for votado paralelamente com o Proposta Orçamentária, nenhum efeito ele terá, só a partir do exercício de 1.979 é que poderá naturalmente, surtir os primeiros resultados benéficos do nosso Projeto de Resolução.

Eram as explicações que queria dar à Casa.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — Em primeiro, Deputado Erondy Silvério, a Presidência dispensava totalmente a argumentação de V. Exa. É que a Presidência foi pelo Deputado Enéas Faria, solicitada a informar sobre do que se tratava o projeto. A Presidência tão somente informa aos Srs. Deputados, que a exigência manifestada pelo Plenário, que todos os pedidos de urgência identifiquem a matéria. Razão pela qual, a Presidência sem nenhum outra intenção, solicitou do Deputado que declinasse. A Presidência fez a anotação, e satisfaz ao Deputado Enéas. Em votação o requerimento pedindo urgência para o Projeto de Resolução no. 313/76.

O SR. GABRIEL MANOEL — Sr. Presidente, apenas para declarar meu voto.

Como fiz parte de uma Comissão Executiva anterior, e na época também era o mesmo regime, então pediria a V. Exa. que declarava o meu voto, e quero me abster de votar.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) A Presidência defere.

Em votação, os Srs. Deputados que aprovam permaneçam como estão.— **Aprovado.**

Requerimento de autoria dos Srs. Deputados Enéas Faria e Accioly Neto, constante do expediente, solicitando voto de congratulações com os paranaenses que conquistaram premiação na recente Bienal Internacional de São Paulo.— **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ezequias Losso, constante do expediente, solicitando voto de congratulações ao Professor Theodocio Jorge Atherino, pela sua brilhante atuação como Reitor da Universidade Federal do Paraná.— Em discussão.

O SR. GABRIEL SAMPAIO — Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) Fica adiada a discussão para a próxima sessão, na forma do art. 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Osvaldo Macedo, constante do expediente, solicitando voto de louvor ao Município de Curiuva, pela passagem do seu 30o. aniversário de emancipação política.— **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado José Domingos Scarpellini, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Superintendente da TELEPAR, consubstanciado em apelo, no sentido de que seja instalado um Posto de DDD em Altamira, Município de Palmítal.— **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Diretor do DER., encarecendo a atenção daquele Departamento para que seja procedida a conservação da antiga estrada Cascavel — Toledo.— **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Prefeito Municipal de Curitiba, consubstanciado em apelo, no sentido de que determine à URBS que se abstenha de pretender cobrança, a qualquer título, das obras da avenida de acesso a Santa Felicidade, gestionando, ao mesmo tempo, para que a cobertura financeira seja diluída entre todos os moradores da cidade, como é de toda justiça. — Em discussão. — Encerrada a discussão. — Em votação.

O SR. ENÉAS FARIA — Para encaminhar a votação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Para encaminhar a votação, concedo a palavra ao Sr. Deputado Enéas Faria.

O SR. ENÉAS FARIA — Sr. Presidente, assiste ao Deputado Erondy Silvério, inteira razão na justificativa de seu requerimento, quando diz e quando patenteia perante esta Casa, a atitude eminentemente eleitoreira do Prefeito Municipal de Curitiba; que, às portas de uma eleição municipal o ano passado, inaugura obras públicas elaboradas, implantadas com o dinheiro do contribuinte curitibano, num festival eleitoral. Culminando S. Exa., o Sr. Prefeito àquela oportunidade, como diz ainda em sua justificativa o Deputado Erondy Silvério, por entender ou por dizer que a obra se constituía num presente aos moradores daquele bairro de Curitiba.

Na oportunidade Sr. Presidente, Srs. Deputados, nós da Oposição, nos juntamos ao povo de Santa Felicidade para aplaudir S. Exa. pela obra que inaugurava e pelo presente que entregava àquela comunidade. Hoje, Sr. Presidente, temos que aplaudir a iniciativa do Deputado do Governo, do Deputado da ARENA, que se revolta diante do que faz o Prefeito de Curitiba.

Até aí, Sr. Presidente, parece-nos correta, perfeita e justa, a atitude do Deputado Erondy Silvério, a endosso e com ela votaria Sr. Presidente, por entender que aquela população, aquela comunidade, foi iludida e foi engodada, como engodada e iludida foi a população de Curitiba por receber de presente o Prefeito que tem.

Mas há um outro aspecto no requerimento do eminente Deputado Erondy Silvério que procura, para diluir o encargo da população de Santa Felicidade, fazer com que seja ele rateado entre toda a Curitiba, entre todos os moradores de Curitiba. Não me preocupo com os abastados, não me preocupo com os de posse, não me preocupo com os ricos, mas Sr. Presidente, o grande contribuinte de Curitiba, a grande massa de contribuintes de Curitiba, é constituída de gente humilde, de gente obreira, de gente que com sacrifício, entrega permanentemente a sua contribuição através do seu tributo, aos cofres municipais.

Não acho justo que Curitiba arque com as despesas eminentemente eleitoreira de seu Prefeito. Este homem, esta autoridade, que canta por aí um prestígio sem precedentes, junto às esferas federais que têm buscado recursos e verbas junto a Ministérios e junto à Presidência da República.

Canta e decanta este fato e se põe como o homem recebido sobre aplausos e sobre reverências, perante a União, pois que vá à Brasília; pois que vá ao Governo Federal e traga de lá, como diz ter trazido tanta coisa, traga de lá "fundo perdido", recursos para pagar a campanha eleitoral que fez o ano passado.

Pretendo aditar ao requerimento de S. Exa., para que o Prefeito vá buscar junto aos seus Chefes, àqueles a quem prometeu a vitória eleitoral em Curitiba, vá buscar os recursos, para pagar os ônus dessa vitória.

Pretendo aditar este requerimento. E, como não é possível fazê-lo agora, Sr. Presidente, pretendo fazê-lo amanhã, é que requeiro a verificação de votação após V. Exa. ter procedido a primeira votação.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Em votação o requerimento.

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — (Para encaminhar a votação)

Sr. Presidente, preliminarmente declino o meu voto favorável ao requerimento, porque também entendo que melhor seria que a população de Curitiba arcasse também com o pagamento destas melhorias. Uma vez que o Bairro de Santa Felicidade, eminentemente turístico, recebe o afluxo de todos os curitibanos. Todavia, faço alguns reparos à fala do eminente Deputado Enéas Faria. A menos que tenha entendido mal, o Deputado Erondy Silvério não afirmou que o Prefeito prometeu gratuitamente, a pavimentação de acesso a Santa Felicidade.

O SR. ENÉAS FARIA — (Pela ordem). Deputado Luiz Roberto Soares, para fazer justiça e para assumir sozinho, a responsabilidade do que disse. As palavras são minhas e retiro delas qualquer alusão ao Deputado Erondy Silvério.

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — Tanto melhor.

Mas sou testemunha de que o Prefeito em nenhum momento se comprometeu com a população de Santa Felicidade de que faria tão somente...

O SR. ENÉAS FARIA — ... Não só lá mas em vários outros locais de Curitiba.

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — ... Eu contesto mais uma vez o nobre Deputado porque eu estava presente e sei que o Deputado Enéas Faria lamentavelmente não esteve presente na festa em que o Prefeito anunciou a realização desta obra — e a fez. E em nenhum momento, o Prefeito se comprometeu com a população de Santa Felicidade e de Curitiba, de que o faria, às expensas da própria Prefeitura, sem cobrar nenhuma remuneração por tais obras.

Com relação ao enfoque que dá o nobre Deputado Enéas Faria, a performance administrativa do Sr. Prefeito Municipal, eu devo dizer que este lamentavelmente para V. Exa. não é o pensamento da maioria da população de Curitiba. E tanto não é que recente pesquisa feita pelo Instituto GALUP, dá a dimensão exata do prestígio que goza hoje o Prefeito Saul Raiz em toda a nossa comunidade. E isto por certo não decorre de uma gratuidade. É em decorrência do esforço que vem fazendo para dotar Curitiba de todos aqueles equipamentos urbanos, que tornam a vida em Curitiba mais digna de ser vivida.

Curitiba hoje, sem nenhuma dúvida, é exemplo nacional.

Recentemente o Presidente da Empresa Brasileira de Transportes Urbanos, que fez uma declaração pública, dizendo que Curitiba é a única Capital do Brasil que mantém ainda, um esquema de racionalidade urbana, que a torna alvo de ampla admiração. Razão pela qual eu voto com o requerimento do Deputado Erondy Silvério, pela justeza que contém, mas não aceito — e esta também por certo é a posição de minha bancada, as referências desairosas que fez o nobre Deputado à figura do nosso Prefeito.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Em votação o requerimento.

O SR. ENÉAS FARIA (Pela ordem). — Porque respeito profundamente o eminente líder da ARENA, sem entrar no mérito do que falou, sem outras considerações, apenas para que S. Exa. proceda a correção das notas taquigráficas, porque diz S. Exa. e sei que não é este o pensamento que externou e pensa, intimamente. O que vai no seu subconsciente, não quero nem saber. Pelo menos nisso seja respeitada a criatura na criatura humana aqui no Brasil.

Mas quando externa, parece que não é isso que ele quer externar. Quando diz S. Exa. lamentavelmente não é a opinião da grande maioria de Curitiba, pretendo entender que quer S. Exa. dizer, felizmente. O que lhe vai no subconsciente o que lhe vai no íntimo; não sei se extravasou ou não, não quero entrar no mérito. Mas para fazer justiça a S. Exa. e para que de público, a questão não fique assim posta.

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — (Para encaminhar a votação)

Sr. Presidente, solicitaria que se mantivesse nos Anais da Casa a expressão tal como eu as proferi, porque lamentavelmente, evidentemente, para o Deputado Enéas Faria.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — Em votação o requerimento do Deputado Erondy Silvério. Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como estão.— APROVADO.

O SR. ENÉAS FARIA — Pela ordem, Sr. Presidente, requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) A Presidência defere. Será feita a verificação de votação.

(É procedida a verificação de votação) (Pausa)

15 Srs. Deputados votaram a favor; 15 contra.

Nos termos do Regimento Interno compete à Presidência dar o "voto de Minerva". A Presidência vota com o requerimento.— APROVADO o requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Pela ordem, Sr. Presidente, em nome do povo de Santa Felicidade desejo agradecer o "voto de Minerva" que V. Exa. proferiu.

Estranho a bancada do MDB, nesta Casa, que se diz sempre ao lado do povo, defensora do povo.

Entretanto, ou não entendeu meu requerimento, ou se colocou contra o povo.

O meu requerimento não pede nada além de que o Sr. Prefeito determine o cancelamento da emissão, pela URBS, dos talões de cobrança da taxa de pavimentação, da obra de alargamento e paisagismo da estrada de Santa Felicidade.

E dizemos, no requerimento, que o justo será a distribuição por toda a população, em tese, porque a obra foi realizada e paga através da renda tributária do Município, que é fruto da contribuição da população curitibana.

É evidente que eu não ia cometer o disparate de pretender que a Prefeitura de Curitiba, através da URBS, emitisse a cada proprietário de imóvel de Curitiba, um talão da taxa de pavimentação de Santa Felicidade.

Ora, a bancada do MDB, nesta Casa, hoje dá uma amostra de seu primarismo no entendimento da matéria que se encaminha à apreciação do Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — A Presidência toma como declaração de voto o que o Sr. Deputado Erondy Silvério, em Questão de Ordem, apresenta.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Pela ordem. É matéria vencida, não pode ser considerada de voto a Questão de Ordem do Sr. Deputado Erondy Silvério.

Datíssima vênica, parece-me que a matéria é vencida.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — Datíssima vênica, devo dizer ao Deputado Fidelcino Tolentino que a qualquer Sr. Deputado é lícito fazer declaração de voto, após proferido o seu voto. Muito embora, regimentalmente, a declaração de voto tenha que ser por escrito.

Por liberalidade, a Mesa vai conceder a palavra ao Deputado Enéas Faria, e como ao Deputado Erondy Silvério, a Mesa vai receber como declaração de voto.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Pela ordem, Sr. Presidente, o Deputado Enéas Faria não pediu a palavra para fazer declaração de voto.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) Regimentalmente, a Presidência não tem como receber as declarações do Sr. Deputado. Não tem como mandar expungir as palavras do Deputado Erondy Silvério das notas taquigráficas.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — S. Exa. invocou uma Questão de Ordem, nem por isso, com todo o respeito, V. Exa. haveria de declarar da Mesa que isso seria uma declaração de voto.

Essa a minha posição e com todo o respeito que tenho a V. Exa. e à Presidência, acho que estou estribado em princípios, e quando disse datíssima vênica, é porque é um termo usado.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — Respondi com todo o respeito.

Todavia, anteriormente, o Deputado Enéas Faria, em Questão de Ordem, havia também, depois de haver encaminhado a votação, voltado ao assunto e ninguém da ARENA se insurgiu com isso.

Se V. Exa. mantiver a sua posição, sou obrigado a não conceder a palavra ao eminente Deputado Enéas Faria, mas entende a Presidência que, democraticamente deva fazê-lo. Com a palavra o Deputado Enéas Faria.

O SR. ENÉAS FARIA — Questão de Ordem.

Sr. Presidente, apenas para pôr as coisas nos seus devidos lugares e deixar clara e patenteada, a minha posição, na qual fui acompanhado pela minha bancada.

O que diz o eminente Deputado Erondy Silvério pode enganar, iludir, escamotear a quem quer que seja, a nós, não. 6 é igual a meia dúzia, meia dúzia é igual a 6. Emitir talão de tributo agora, ou emitir na época própria, dá no mesmo, e no mesmo dá.

Sr. Presidente, na verdade, o que quer Sua Excelência, é que Curitiba, que tem arcado já com tantos desmandos e com tantas omissões — eu não quero me alargar aqui agora — arque mais uma vez com o ônus de uma campanha eleitoral, comandada pelo Prefeito de Curitiba. E o que nós sugerimos é que, o Prefeito de Curitiba que comandou essa campanha, a mando do Governo Federal, como causou de propalar Sua Excelência, fosse buscar, no patrão maior, os recursos para pagar as despesas dessa campanha, porque me parece, como foi cocolada a inauguração da obra, como foi colocada a situação àquela oportunidade, tudo não passou de uma encenação eleitoral. Pois que, agora, aquele que encomendou isso, aquele que pretendeu isso, aquele que assinou de tudo, que é o celeiro, inclusive, do Prefeito, que pague essas despesas, e para isso eles têm recursos, e muitos recursos. E têm pago tantas outras coisas, que podem pagar isto também.

Sua Excelência que não pretenda confundir, Sua Excelência que não pretenda colocar mal, ninguém. A verdade é que se promoveu uma realização eleitoral e essa realização eleitoral está sendo paga pelo povo de Curitiba.

O que nós pretendíamos era que, o Prefeito de Curitiba, promotor dessa realização, fosse buscar, com seus patrões, os recursos para pagar as despesas da campanha eleitoral.— (Sem revisão do orador).

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Maurício Fruet, constante do expediente, solicitando voto de regozijo a Renato Mazanek e Margaret Born, que representando nosso Estado conquistaram o primeiro prêmio da XIV Bienal Internacional de São Paulo.— APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Alberto Oliveira, constante do expediente, solicitando que sejam enviadas cópias do pronunciamento feito pelo autor da sessão de hoje à diversas autoridades.— DEFERIDO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Trajano Bastos, constante do expediente, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Secretário da Educação e Cultura, em forma de sugestão no sentido de ser implantado na cidade de Vila Nova, Município de Pinhão, um Curso de 2o. grau.

O SR. ADALBERTO DAROS — Questão de Ordem. Sr. Presidente, gostaria também, como o Deputado Erondy Silvério e como o Deputado Enéas Faria, de fazer uma declaração de voto, Sr. Presidente, com relação à matéria que V. Exa. deliberou, como Presidente, em função de empate no plenário.

Apenas para dizer, Sr. Presidente, que, me parece, se faz política duas vezes:

Primeiro, ...

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — Pela ordem, V. Exa.,

Sr. Presidente, democrática e generosamente numerou o Regimento, concedendo a um membro da nossa bancada e a

um membro da bancada da Oposição, que falassem pela ordem; no entanto, discorrem emitindo conceitos sobre o requerimento ora em votação.

Peço a V. Exa. que, uma vez distribuídas democraticamente tais deferências, agora não mais as concedesse, porque então nós poderíamos nos estender até o final da sessão, quando cada companheiro nosso poderá pedir a palavra, pela ordem.

O SR. ADALBERTO DAROS — Parece-me, Sr. Presidente, que pedi a palavra para justificar o meu voto, o que é um direito que tenho, de acordo com o Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) Regimentalmente, a todos é dado o direito de declaração de voto, por escrito, encaminhada à Mesa. A Presidência se coloca numa situação desagradável, ao ter que cassar a palavra do eminente Deputado Adalberto Daros.

A Presidência consulta o eminente Deputado, se o eminente Deputado, num esforço, poderia vir em socorro da Presidência, assentindo em que a Presidência o inscreva para falar em Explicações Pessoais, desde que só teremos mais três requerimentos para votar; então, V. Exa. terá 30 minutos para falar: 15, mais 15 prorrogados.

(Assentimento da parte do Deputado Adalberto Daros)

A Presidência então o inscreve para falar, em Explicação Pessoal.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Trajano Bastos, já anunciado. Em discussão.

O SR. ARAGÃO DE MATTOS LEÃO — Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) Para discutir, fica adiada para a próxima sessão de acordo com o Regimento Interno, artigo 150.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Governador do Estado em forma de pedido de informações sobre os valores de vencimentos básicos e gratificações pagos no corrente ano aos cargos de Desembargador e Secretário de Estado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, constante do expediente, solicitando seja desdobrado o pedido de informações anteriormente dirigido ao Sr. Governador do Estado, a fim de que os dois primeiros itens sejam dirigidos à Presidência do egrégio Tribunal de Justiça.

Em discussão ambos os requerimentos, do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino. Encerrada a discussão. Em votação.

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — Para encaminhar a votação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) Com a palavra o Sr. Deputado Luiz Roberto Soares.

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — A bancada da Arena, ontem, rejeitou requerimento quase idêntico do Deputado Fidelcino Tolentino e, hoje, muda de posição; votará favoravelmente, a esses requerimentos porque o que pretende o nobre Deputado é estabelecer um cotejo entre os vencimentos dos secretários e dos desembargadores. O Governo do Estado do Paraná nada tem a opor a tal pretensão; pelo contrário.

O voto da bancada da Arena será favorável ao requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) Em votação ambos os requerimentos, — APROVADOS.

Pela ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Accioly Neto.

A Presidência solicita, do Serviço de Rádio, atenção no sentido de dar som aos Srs. Deputados para que a Presidência possa se aperceber quando um dos Srs. Deputados pede a palavra.

O SR. ACCIOLY NETO — Sr. Presidente, em votação estão 2 requerimentos distintos?

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — Não, o pedido de

informações é um só; porém, solicita o outro requerimento que as duas primeiras perguntas sejam formuladas ao Presidente do Tribunal de Justiça e as demais 3 perguntas sejam solicitadas ao Sr. Governador, e o Sr. Chefe do Poder Executivo, as responda.

O SR. ACCIOLY NETO — Consultaria à Mesa, Sr. Presidente, se me é possível, regimentalmente, votar contrariamente à primeira parte, isto é, ao requerimento no qual solicita informações do Presidente do egrégio Tribunal de Justiça, e, favoravelmente, à segunda parte, em que solicita informações ao Sr. Governador do Estado.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) Se V. Exa. argumenta nesses termos, a Presidência pode consignar o voto de V. Exa., desde que V. Exa. declina de haver votado a favor de um e contra outro, e quer me parecer que a unanimidade dos Srs. Deputados, a exceção feita a V. Exa., aceitaram a validade de ambos os requerimentos.

O SR. ACCIOLY NETO — Desejava ainda, pela ordem, Sr. Presidente, por uma questão de coerência, manter o voto que já proferi ontem, favoravelmente à segunda parte do requerimento; que constituiu, ontem, um requerimento autônomo.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) A Presidência não entendeu bem o que em questão de ordem, V. Exa. argumenta; V. Exa. refere-se à pergunta sobre quais as providências tomadas pelo Governo do Estado para dar uma correta aplicação ao disposto no § 4o., do art. 144 da Emenda Constitucional número 7, de 77?

O SR. ACCIOLY NETO — Essa é a 2a. parte do requerimento?

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) Este é o último tópico do requerimento.

O Deputado autor, fez um pedido de informações substanciado em cinco perguntas. Não justifica não o distribui em artigos.

O SR. ACCIOLY NETO — O que me parece, Sr. Presidente, se me permitisse falar, é que a rigor são dois requerimentos. Um, solicita-se informações ao Presidente do egrégio Tribunal de Justiça. Outra parte, solicita-se informações ao Exmo. Sr. Governador do Estado. São matérias inclusive diversas.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — A Presidência esclarece V. Exa. (Lê o requerimento do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino). Este é o requerimento, em si. S. Exa., posteriormente apresentou o seguinte requerimento. (Lê o requerimento do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino).

O SR. ACCIOLY NETO — Então me parece que são dois requerimentos, com desdobramento. Um, ao Presidente do Tribunal de Justiça e outro ao Governador do Estado.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — Depois é que o Deputado solicita que duas arguições sejam feitas ao Tribunal de Justiça, e três delas ao Governador do Estado.

O SR. ACCIOLY NETO — Exatamente por isso é que solicitei a V. Exa. que fizesse constar meu voto contrário à parte que é dirigida ao Presidente do Tribunal de Justiça.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) V. Exa. vota a favor do registrado número 7/26 e vota contra o requerimento registrado sob o número 10/26?

O SR. ACCIOLY NETO — Exatamente.

O SR. GABRIEL SAMPAIO — Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) Pela ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Gabriel Sampaio.

O SR. GABRIEL SAMPAIO — Sr. Presidente, apenas para fazer uma consulta à Mesa, no sentido de que informe se é legal na forma típica de pedido de informações, que essa Casa se dirija ao Tribunal de Justiça, na forma de pedido de informações, como a legislação estadual prevê.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) A Presidência tem posição. Ao Governador do Estado constitucionalmente

a Presidência dirigirá de forma imperativa um pedido de informações. Ao Presidente do egrégio Tribunal de Justiça a Presidência encaminhará expediente em forma de solicitação. O SR. GABRIEL SAMPAIO — Sr. Presidente, poderia só para concluir, então V. Exa. para agir criteriosamente como tem feito até aqui, deverá indeferir a primeira parte do requerimento e votar a segunda parte do requerimento, porque o pedido do requerimento é pedido de informações. V. Exa., data vênha não pode mudar como Presidente, a destinação do requerimento.

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — Está V. Exa. com a palavra.

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — Sr. Presidente, ocorre que se também nós levarmos e conduzir este problema à luz da Constituição, nem um, nem outro poderão ser aprovados, porque a Constituição é clara e expressa, em que os pedidos de informação só podem ser requeridos a matérias que tramitam na Casa. Como não há nenhuma matéria que tenha ligação com este que faz o Deputado Fidelcino Tolentino, eu levanto mais esta questão de ordem, para que V. Exa. dê a devida solução.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) A Presidência tem também posição, sendo o assunto levantado em questão de ordem, pelo Deputado Líder da Arena; Constitucionalmente, é vedada a apresentação de requerimentos que não digam e não estejam relacionados diretamente com a matéria em trâmite nesta Casa.

Mas regimentalmente, é possível receber-se requerimentos que não estejam diretamente ligados à matéria em discussão.

Como tem sido norma nesta Casa e não é inovação de que o Regimento deva abrigar como tem abrigado, este comportamento, não compete à Mesa, mudar as regras até aqui estabelecidas e usadas. Todavia, sabe a Presidência que está em elaboração um ante-projeto de Reforma do Regimento Interno da Casa que solicita dos eminentes Deputados, componentes desta Comissão, que observem o que a Constituição Federal e Estadual, inserem sobre este assunto.

A Presidência poderia informar mais detalhadamente: É o inciso 5o. (quinto) do Artigo 16.

“A Mesa encaminhará por intermédio do Governador, somente pedidos de informação sobre matéria legislativa em trâmite ou fatos de relevante interesse público.

Constituição do Estado do Paraná — 1.971.”

É o que em última instância, a Constituição do Estado determina. Todavia, regimentalmente, o procedimento tem sido outro. E a Mesa tem historicamente, abrigado pedidos de informações, requerimentos que versem sobre todo e qualquer assunto que no entender do Deputado, seja relevante para o interesse público ou da comunidade.—

O SR. MUGGIATI FILHO — Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) Pela ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Muggiati Filho.

O SR. MUGGIATI FILHO — Sr. Presidente. Parece que V. Exa., ao final, se referiu ao costume da Casa. No entanto, não me ocorre assim de memória, que alguma vez desde 1.971 até hoje, esta Casa tivesse encaminhado pedidos de informações ao Poder Judiciário.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) A Presidência referiu-se ao encaminhamento de pedidos de informações e requerimentos contendo pedidos de informações ao Poder Executivo, em última instância.

Realmente, é um ponto polêmico, a arguição feita ao Presidente do Tribunal de Justiça do Estado.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Sr. Presidente.

Pergunto à Mesa se mesmo depois de já ter sido apreciada por este Plenário esta parte relativa ao Poder Judiciário,

e buscando o princípio de harmonia entre os Poderes sobretudo do Judiciário, que tem sido castigado também nestes anos todos. Indagaria da Presidência se era possível declinar desta pretensão.

Se a Presidência pode com a audiência deste Plenário declinar desta segunda parte, que relativamente é os primeiros tópicos do requerimento.

Atenda-se assim às inúmeras indagações e às dúvidas que possam trazer, que naturalmente levariam para um outro campo diverso daquele que pretendíamos nós. Pergunto à Presidência se há esta possibilidade.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — A Presidência está mais do que interessada em que este Poder não extravase sua competência. Todavia, pergunto ao eminente Deputado Fidelcino Tolentino: Quero crer que o Poder Executivo poderia responder a V. Exa. a primeira pergunta: Qual o valor do vencimento básico dos Desembargadores e suas alterações desde 01 de janeiro do corrente ano até esta data.

Todavia, quer me parecer que o que consta do item dois, que fala sobre quais as gratificações e vantagens atribuídas para o cargo de Desembargador, inclusive representação e produtividade, é uma pergunta que é possível que o Executivo não tenha condições de responder.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Presidente Ivo Thomazoni, me permite dialogar com V. Exa. com todo o respeito que com a aquiescência da bancada da Arena eu faço a retirada desta parte do requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) A Presidência vai levar em consideração:

1. A matéria foi devidamente votada e aprovada.
2. É salutar que a Presidência encaminhe o pedido de informações dirigido ao Governador do Estado

e não atenda ao que consta do pedido de informações dirigido à Presidência do Tribunal de Justiça.

Todavia, nada impede que a Presidência, pessoalmente, faça este contato com S. Exa. o Sr. Presidente do Tribunal de Justiça, o eminente Desembargador Ariel Ferreira do Amaral, para saber se há inconvenientes de que S. Exa. informe extraoficialmente esta Casa. Se S. Exa. no contato direto puser objeções, dar-se-á a matéria como inexistente.

Não há como, regimentalmente, proceder-se de outra maneira.

O SR. LUIZ GABRIEL SAMPAIO — Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) Pela ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Luiz Gabriel Sampaio.

O SR. LUIZ GABRIEL SAMPAIO — Sr. Presidente, data vênha esta explanação, acho que não fica nem bem para esta Casa, apesar da sua boa vontade num contato pessoal, nós temos que ter diálogo com o Poder Judiciário.

O autor do requerimento, o Deputado Fidelcino Tolentino, pediu para retirar os itens, eu acho que assim fica definido.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) A Presidência tem que informar V. Exa. que há um socorro regimental do Plenário que a Presidência não pode indicar. A Presidência teve a matéria aprovada. Só caberá outro recurso de Plenário e os Srs. Deputados o conhecem. E a Presidência atenderá se os Srs. Deputados pretenderem usar deste recurso regimental para amanhã voltarmos ao assunto.

O SR. FABIANO BRAGA CORTES — Eu peço a palavra, pela ordem.

(Assentimento)

Sr. Presidente, esta matéria, pelo que me consta, não foi votada ainda.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) Foi votada. Se V. Exa. requerer verificação de voto, a Presidência poderá atendê-lo. É o único sistema regimental cabível.

O SR. FABIANO BRAGA CORTES — Não foi votado.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) Foi votada.

O SR. FABIANO BRAGA CÔRTEZ — Sr. Presidente, eu peço verificação de votação.

É o único recurso regimental que o Plenário dispõe.

A Presidência, por favor, eu acho que o Presidente ainda está lúcido, colocou em discussão e ninguém discutiu a matéria. Colocou em votação e a Presidência foi clara, os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como estão.— APROVADO. Depois de aprovados os requerimentos, o Sr. Deputado Accioly Neto, através de uma questão de ordem, argüi sobre a legitimidade de se requerer informações ao Tribunal de Justiça do Estado.

O SR. ACCIOLY NETO — V. Exa. me permite interrompê-lo? Ainda chamou atenção sobre o serviço de som.

Eu estava aqui fazendo gestos e V. Exa. não atendeu.

O que eu queria exatamente era interromper a votação.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) Existe, eminente Deputado o recurso regimental. Se o eminente Deputado Fabiano Braga Côrtes requerer, a Presidência vai atender.

O SR. FABIANO BRAGA CÔRTEZ — Primeiramente, jamais duvidei da lucidez de V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. FABIANO BRAGA CÔRTEZ — Conheço V. Exa. de longa data, creio que houve uma má interpretação de V. Exa.

Quando o Deputado Accioly Neto pediu para encaminhar a votação, foi no exato momento em que V. Exa. chamou a atenção do som desta Casa, para que não houvesse para que V. Exa. pudesse estar mais atento aos chamados do encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) Exatamente porque eu dei o resultado da votação sem me aperceber.

O SR. FABIANO BRAGA CÔRTEZ — Atendendo V. Exa. requero verificação de votação. Porque a maneira como V. Exa. está querendo conduzir o requerimento que está na Mesa não procede. Existe um requerimento, o requerimento deve ser votado.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) Deputado Fabiano Braga Côrtes, a Presidência tem um respeito enorme por V. Exa....

O SR. FABIANO BRAGA CÔRTEZ — Eu mais por V. Exa. ainda.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) ... razão pela qual, Deputado, a Presidência solicita das notas taquigráficas que sejam fieis na reprodução do que ocorreu. E a Presidência chamou a atenção exatamente do Serviço de Rádio por não haver podido, antes de anunciar o resultado da votação, se aperceber que o eminente Sr. Deputado Accioly Neto, havia, na oportunidade, pretendido usar da palavra.

Vamos fazer a verificação de votação.

O SR. GABRIEL SAMPAIO — Pela ordem, Sr. Presidente, alguém pode ter se enganado. Acho que a forma mais certa é consultar as notas taquigráficas.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) Foram consultadas.

O Sr. Diretor do Departamento Legislativo já consultou as notas taquigráficas e consta a aprovação da matéria. E o expediente regimental é verificação de votação. E a Presidência vai fazê-la.

Srs. Deputados — e vai desdobrar os dois requerimentos: a parte primeira, do requerimento, do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, em que pura e simplesmente endereça ao Sr. Governador do Estado, Pedido de Informações, contendo 5 perguntas. Em votação o requerimento. Os Srs. Deputados que aprovam, queiram levantar-se.

O Sr. Deputado Paulo Camargo, como vota?

O SR. PAULO CAMARGO — Voto sentado.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) Srs. Deputados que rejeitam, queiram levantar-se.

O Sr. Deputado vota agora em pé?

13 Srs. Deputados rejeitam: 10 Srs. Deputados aprovam. Não há "quorum" para deliberações. A matéria voltará à Ordem do Dia na próxima sessão.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA

O SR. ADALBERTO DAROS — Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) A Presidência pede escusas ao Sr. Deputado. Está inscrito para falar em Explicação Pessoal, o Sr. Deputado Adalberto Daros, a quem a Presidência confere a palavra.

O SR. ADALBERTO DAROS — Não é bem isso, eu, em Explicações Pessoais havia declinado. É que, de ontem para hoje, ficou para ser discutido o requerimento do Deputado Erondy Silvério, que diz respeito ao envio de expediente ao Sr. Ministro de Educação e o Sr. Prefeito de Curitiba.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) Perfeito. V. Exa. tem razão. Não há número para deliberação; todavia há número para discutir.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do expediente de sessão anterior, com sia discussão adiada, solicitando seja oficiado aos Srs. Ministro da Educação e Cultura e Prefeito Municipal de Curitiba, em forma de apelo àquelas autoridades para que, preocupem-se em assegurar os interesses dos clubes esportivos e dos compradores de cadeiras cativas, do Estádio Pinheirão.— Em discussão.

O SR. ADALBERTO DAROS — Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) Para discutir, concedo a palavra ao Sr. Deputado Adalberto Daros.

O SR. ADALBERTO DAROS — Sr. Presidente, nobres Srs. Deputados.

Pretende o nobre Deputado Erondy Silvério o envio de expedientes ao Exmo. Sr. Ministro da Educação Ney Braga e ao Prefeito Municipal de Curitiba, para que aquelas autoridades preocupem-se em assegurar os interesses dos clubes esportivos e dos compradores de cadeiras cativas do Estádio Estadual do Paraná — Pinheirão.

Diversos considerandos foram colocados neste requerimento, dizendo também que a Comissão Especial para estudar o assunto nesta Casa, recomendou a instituição de uma autarquia municipal para assumir as responsabilidades daquelas obras...

O SR. ENÉAS FARIA — Pela ordem, Sr. Presidente, permita-me, de início, apresentar, formalmente, minhas escusas ao orador que se encontra na tribuna, por ter interrompido sua oração.

Mas, o faço em homenagem a S. Exa., Deputado dos mais briosos, dignos, dos mais fecundos desta Casa, e que não pode e não deve, Sr. Presidente, se expor à luta que faz em defesa do mandato que o povo lhe outorgou, para se expor a situação a situação que estamos vivendo neste momento.

Cabe, Sr. Presidente, à Mesa, cabe a este Plenário, cabe à Mesa cuidar para que situações como esta ocorram.

Se falta vontade, se falta responsabilidade, há que se ter isto apontado, há que se ter isto devidamente registrado.

Não é possível, Sr. Presidente que esta Casa funcione com alguém da Presidência, com alguém da tribuna, com alguém do plenário.

É preciso, Sr. Presidente, que tenhamos, cada um de nós, mais dedicação, mais dignidade com o mandato que recebemos, com o trabalho que realizamos.

Os assuntos todos, e cada um, são de profundo e relevante importância e interesse para as comunidades que representamos.

Era esse o desabafo que queria fazer, por isso, as minhas escusas ao orador que se encontra na tribuna.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — A Presidência não

recebe a observação do Deputado como se lhe coubesse culpa o procedimento dos Srs. Deputados ausentes.

Porque, não cabe à Presidência, de ofício, fazer verificação de votação, a não ser para dar cumprimento ao artigo 20, do Regimento Interno, para instalação da sessão.

Afora isso, Deputado Enéas Faria, me perdoe V. Exa., esse cuidado cabe somente aos Deputados presentes.

Continua com a palavra o Sr. Deputado Adalberto Daros. O SR. ADALBERTO DAROS — Sr. Presidente, em que pese as considerações do Deputado Enéas Faria, em que pese o desinteresse de alguns Srs. Deputados, com relação a muitas coisas que se passam nesta Casa, vou continuar a relatar o que pretendo sobre este requerimento.

Há alguns dias, e durante um programa de televisão também, nos jornais e na televisão, o Vereador Airton Cordeiro, Líder do Sr. Prefeito Municipal, na Câmara Municipal de Curitiba, vem dizendo uma idéia nova, vem tentando criar uma idéia para que se faça um complexo esportivo, doando o Estádio Pinheirão à Universidade Federal do Paraná e que, naturalmente, o Ministério de Educação e Cultura, contribuisse para que a cidade tivesse um novo campo de futebol, um complexo esportivo.

O Vereador que lá está representando S. Exa. o Sr. Prefeito, parece não conhecer bem as coisas.

Não deve ter analisado a lei de doação de uma parte da área que o Município fez à Federação Paranaense de Futebol, em 69.

Na referida lei, a Federação, para construir o Pinheirão, tomou uma série de medidas, entre as quais a construção de canchas e lugares para diversos esportes, inclusive, um lugar para a Escola de Educação Física do Paraná, que é tão precária, funciona no Ginásio do Tarumã.

Mas, Sr. Presidente, não vou comentar mais, em função do avançado da hora e não quero chatear os que aqui estão a me aguentar.

Vou, Sr. Presidente, antes de sair da tribuna, pedir a verificação de "quorum", e, naturalmente, se houver, voltar-se-á o requerimento; se não, ficará para amanhã então, Sr. Presidente.

O SR. ACCIOLY NETO — Pela ordem Sr. Presidente, se não me engano, V. Exa. já encerrou a fase de votação, por falta de "quorum". Acho então, que só resta encerrar a sessão.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) Não há mais matéria a ser votada, Sr. Deputado; todavia, continua em discussão requerimento do nobre Deputado Erondy Silvério.

Encerrada a discussão.

O SR. ACCIOLY NETO — Pela ordem, Sr. Presidente, eu queria fazer uma indagação à Mesa:

Baseada em que dispositivo regimental, ou, em que fundamento constitucional, a Mesa submete os Projetos de Resolução que tratam de convênios, a três discussões?

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — A Presidência responderá a Questão de Ordem de V. Exa., na sessão de amanhã.

Todavia, a Presidência não tem como fugir a uma informação:

Entendia, a Presidência, que os convênios, fruto de aplicação de recursos estaduais, em áreas municipais principalmente, fruto portanto de dotações orçamentárias ou consignações orçamentárias aplicadas em convênios com Prefeituras Municipais, nesta Casa haveriam de merecer tão somente o Parecer da Comissão de Constituição e Justiça, que falaria sobre a constitucionalidade da matéria, e, posteriormente seriam imediatamente submetidos ao voto do Plenário, numa única discussão.

Houveram incursões das Lideranças dos Partidos, exigindo que os referidos Projetos de Resolução, fruto de convênios, fossem objeto de Pareceres das outras Comissões, que deveriam falar também, sobre o mérito da matéria.

A Presidência argumentou na oportunidade, da desnecessidade disto, porquanto, era um entendimento; argumentou-se e contra argumentou-se, e a Presidência, para que não fosse acusada de açodamento na aprovação dessa Proposição, acabou solicitando da Divisão das Comissões, a redistribuição de todos os Projetos de Resolução.

Todavia, a Presidência tem em mãos a Constituição do Estado, que, no seu artigo 30, dispõe salvo disposição constitucional em contrário, cada projeto de lei ou resolução será submetido a 3 discussões, mediando entre elas um interstício mínimo de 24 horas.

Realmente, as 3 discussões, e votações, nos e turnos, com interstícios das 24 horas, interstício constitucional e regimental, foi obedecido pela Presidência.

Tão somente, a Presidência estranhou a exigência da audiência de outras comissões que deixaram de falar na constitucionalidade e sim no mérito da matéria, quando parecia, a princípio não ser, exatamente, esta a atribuição deste Poder.

Era a informação que a Presidência tinha a dar.

Levanta-se a sessão.